



# **INDUSTRIALIZAÇÃO E CLASSE TRABALHADORA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**

**Ângela Maria de Castro Gomes  
Marieta de Moraes Ferreira**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

**RIO DE JANEIRO  
1988**

P  
169

**CPDOC**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E CLASSE  
TRABALHADORA NO RIO DE  
JANEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS  
DE ANÁLISE**

**Ângela Maria de Castro Gomes  
Marieta de Moraes Ferreira**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

**RIO DE JANEIRO  
1988**

CPDOC/INDIPO  
Fundação Getúlio Vargas

8.507/84  
20.03.91

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Revisão de texto: Dora Rocha Flaksman

Datilografia: Márcia de Azevedo Rodrigues

Nota:

Esta resenha foi apresentada ao Grupo de Trabalho "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais" no XI Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Águas de São Pedro em outubro de 1987

G633i

GOMES, Ângela Maria de Castro.

Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise/Ângela Maria de Castro Gomes, Marieta de Moraes Ferreira. - Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

73 p.

1. Rio de Janeiro (Estado) - Indústrias.  
2. Trabalho e trabalhadores - Rio de Janeiro (Estado). 3. Movimento operário - Rio de Janeiro (Estado). I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. III. Título.

CDU 338.45 (815.3)

CDD 338.098153

## SUMÁRIO

Apresentação /1

1. A industrialização no Rio de Janeiro /4

1.1. As teses "clássicas" /4

1.2. O modelo do complexo cafeeiro /8

1.3. Rio de Janeiro: café, indústria e comércio /11

1.4. Uma proposta alternativa /18

2. A classe trabalhadora no Rio de Janeiro /22

2.1. Os enfoques "clássicos" /22

2.2. O processo de formação da classe trabalhadora /26

2.3. Condições de vida e trabalho /29

2.4. O movimento operário e sindical em questão /36

2.5. Cidade e política /44

2.6. A título de balanço /49

Notas /54

Bibliografia /57

## Apresentação

São numerosos os estudos sobre industrialização e classe trabalhadora no Brasil, o que se explica pela relação destes temas com as questões candentes do desenvolvimento econômico e social do país. Estes estudos, tomados como produção acadêmica mais sistemática, começaram a aparecer nos anos 50, quando profissionais da área de ciências sociais, em especial economistas e sociólogos, publicaram textos hoje clássicos sobre o processo de modernização do país, em que a preocupação com as condições de industrialização e com o papel da classe trabalhadora era essencial.

Ao longo dos anos 60, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, tais estudos se ampliaram e abriram novas perspectivas de análise, postulando teses que marcaram esta área de estudos. Também produzidos em sua maioria quase absoluta por economistas e cientistas sociais, estes trabalhos voltaram-se - o que é bem compreensível - para uma certa região do país - São Paulo - e para algumas questões em especial: a relação café-indústria, as origens sociais do operariado brasileiro, o sindicalismo corporativo etc.

Nosso objetivo aqui é examinar a produção acadêmica mais recente, concentrada sobretudo nos anos 80, quando se inau-

guram novas tendências na área dos estudos sobre a industrialização e a classe trabalhadora. A novidade desta produção está, em primeiro lugar, no fato de ela contar com a nítida participação de historiadores, ou apresentar o que se poderia considerar como um enfoque de história social, tanto da parte de historiadores quanto de cientistas sociais. Em segundo lugar, estes novos estudos colocam sob análise outras regiões do país, enriquecendo a reflexão com a possibilidade da diversidade e da comparação. A contribuição dos trabalhos sobre o Rio de Janeiro - objeto de nosso interesse nesta avaliação - é já significativa e importante, além de reveladora de novas óticas para se tratar de temas já tão discutidos. Apenas para exemplificar, no caso dos estudos sobre a classe trabalhadora, há toda uma produção voltada para o traçado das condições de vida e trabalho, dos valores e tradições da população urbana do Rio, bem como para a rediscussão das diversas correntes encontradas no sindicalismo carioca. No caso da industrialização, as preocupações mais recentes têm-se voltado para a especificidade do processo carioca e fluminense, de forma a distingui-lo do paulista, atribuindo com isso um peso menor às relações café-indústria como elemento explicativo da perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que este novo conjunto de trabalhos é muito heterogêneo. Ele é composto de livros, artigos e, em boa parte, teses de mestrado e doutorado, o que revela a ligação entre esta produção e os cursos de pós-graduação em história e ciências sociais, sobretudo na área do Grande Rio. São portanto numerosos os textos produzidos por pesquisadores juniores, com recorte nitidamente monográfico, contendo dados e informações até então desconhecidos. De maneira geral, a contribuição de tais monografias está mais em mapear no-

vas possibilidades de análise, do que em apresentar propostas de interpretação mais substanciais. Inegavelmente, existem também os estudos que, mesmo com um recorte monográfico, conseguem discutir questões mais amplas, chegando a apontar linhas alternativas para a compreensão de uma série de temas. E, finalmente, existem os textos que, centrados em questões chaves, têm por objetivo postular novas linhas interpretativas para a compreensão das especificidades do operariado e da industrialização cariocas.

Justamente na medida em que assumem uma perspectiva histórica, buscando repensar teses já clássicas e procurando recuperar os marcos de origem da formação da classe trabalhadora e da expansão industrial carioca e fluminense, estes estudos mais recentes concentram em geral sua atenção no período da República Velha. Apóiam-se sempre em cuidadosos levantamentos de dados, utilizando um número bastante diversificado e ainda não explorado de fontes históricas primárias. Além dos jornais operários, dos documentos de congressos, dos relatórios das associações de classe e das publicações oficiais, que já vinham sendo consultados, convém destacar, entre as fontes hoje manuseadas pelos pesquisadores, arquivos de fábricas, relatórios policiais, documentação cartorial, o arquivo da Junta Comercial e processos criminais. Cabe ressaltar ainda o recurso às entrevistas de história de vida, que integram à documentação escrita um material mais rico do que aquele obtido através do modelo questionário/entrevista tradicionalmente usado.

No que diz respeito à organização de nossa resenha, adotamos um procedimento diverso para a apresentação da bibliografia relativa ao processo de industrialização e aquela concernente à classe trabalhadora. Tendo em vista que grande parte dos estudos sobre o processo de industrialização carioca e fluminense foi



produzida tomando o modelo do complexo cafeeiro paulista como seu interlocutor explícito ou implícito, optamos por apresentá-los em sua relação com as propostas globalizadoras elaboradas com base na realidade de São Paulo. No caso dos estudos sobre a classe trabalhadora, embora a produção anterior também tratasse do exemplo paulista, não houve a proposição de um modelo globalizante. As generalizações decorreram principalmente da ausência de trabalhos que investigassem as especificidades regionais. Por isso, optamos por apresentar os inúmeros textos produzidos sobre a classe trabalhadora do Rio de Janeiro agrupados por áreas temáticas.

## 1. A industrialização no Rio de Janeiro

### 1.1 As teses "clássicas"

Os estudos acerca da industrialização no Brasil, generalizados a partir da década de 1950 e produzidos em sua grande maioria por economistas, desenvolveram-se dentro dos marcos do pensamento cepalino.<sup>1</sup> Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) tinha por objetivo produzir análises próprias que permitissem um melhor entendimento da problemática latino-americana, em substituição aos modelos teóricos dominantes desenvolvidos a partir da realidade histórica de outros países.

Comprometido com a superação dos problemas estruturais da América Latina, tais como a dependência econômica e a elevação do nível de vida das massas populares, o discurso cepalino organizou-se em torno da questão da industrialização. Em sua perspectiva, colocava-se como ponto central que os países latino-americanos que lograram realizar sua industrialização o fizeram porque contaram com circunstâncias históricas desfavoráveis ao pleno

funcionamento do modelo exportador.

Este ponto de vista, especificamente em relação ao Brasil, é expresso de forma clara por Celso Furtado no livro Formação econômica do Brasil, editado em 1959. Segundo este autor, a crise de 29, ao provocar a queda acentuada dos preços do café, colocou em xeque o funcionamento do modelo exportador. No entanto, a política cafeeira adotada no início da década de 30, ao garantir a compra de cafés invendáveis externamente, assegurou a manutenção do nível de renda do país, funcionando como uma medida antidepressiva. Se, de um lado, a demanda por produtos importados foi mantida, de outro, persistiam as dificuldades de importação, em consequência da depressão internacional. Tal situação criou condições favoráveis à produção interna de bens manufaturados.

Este tipo de enfoque localiza o desenvolvimento das indústrias brasileiras fundamentalmente no período posterior a 1930. No período anterior, a Primeira Guerra Mundial é interpretada como uma conjuntura específica, em que o afrouxamento das ligações do setor agroexportador com os mercados externos criou facilidades para o surgimento do primeiro crescimento industrial brasileiro.

Uma interpretação diferente é a que aparece na obra pioneira de Stanley Stein, Brazilian Cotton Manufacture, 1850-1930, publicada em 1957. A partir de uma cuidadosa pesquisa histórica, o autor demonstra a importância da expansão industrial brasileira anterior a 1930, destacando aí o papel dinamizador das atividades comerciais. Contudo, o trabalho de Stein teve muito pouca divulgação no Brasil nos anos que se seguiram ao seu lançamento, e sua contribuição para o debate acerca da industrialização

brasileira só se efetivou plenamente nos anos 70. Seu livro só foi traduzido para o português em 1979.

De toda forma, com a crise do modelo desenvolvimentista cepalino nos anos 60, decorrente do fato de a industrialização brasileira não ter correspondido às expectativas, tornou-se necessário buscar novas perspectivas de análise. A tese de que a expansão industrial dos países latino-americanos estava associada aos momentos de crise do modelo exportador - no caso do Brasil, baseado no café - recebeu duras críticas, e, conseqüentemente, um amplo debate sobre o tema foi inaugurado no começo dos anos 70.

A obra de Warren Dean, traduzida em 1971, traria uma contribuição substantiva a esta discussão, recolocando em novos termos as relações entre atividade exportadora e expansão industrial. Do seu ponto de vista, a expansão industrial brasileira foi uma decorrência do crescimento das exportações de café, e a Primeira Guerra Mundial, contrariamente às análises até então consagradas, representou não um elemento de incentivo, e sim um obstáculo à industrialização. Na medida em que a guerra criava entraves para a importação de bens de capital, limitava o aumento da capacidade produtiva do nosso parque fabril. Assim também, a Grande Depressão e a crise do café quase paralisaram as indústrias de São Paulo em 1930, tendo a seguir dificultado o crescimento industrial durante toda a década.

Segundo Dean, ao promover o crescimento da renda interna, o comércio exportador do café criou no Brasil um mercado para produtos manufaturados. Impulsionou também o desenvolvimento de estradas de ferro e estimulou os investimentos em infra-estrutura, o que por sua vez integrou e ampliou este mesmo mercado.

de-obra, ao estimular a imigração, e introduziu no país recursos em moeda estrangeira que passaram a ser utilizados para a importação de insumos e bens de capital destinados ao setor industrial.

Outro trabalho que merece ser citado é o de Vilela e Suzigan (1973), onde não só é questionado o argumento de que as dificuldades do setor exportador promoveram a expansão da indústria brasileira, como também é apontado como fator importante no estudo da industrialização o papel das políticas governamentais. Mais recentemente, em seu trabalho sobre as origens e o desenvolvimento da indústria brasileira entre 1855 e 1939 (1986), Suzigan retoma estas questões, defendendo a tese de que o desenvolvimento industrial no século XIX foi induzido pela expansão do setor exportador. Este impulso dinâmico arrefeceu após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que, a partir de 1900, o próprio setor industrial, embora incipiente já passara a estimular investimentos. Na década de 1920, em parte devido aos incentivos governamentais, acentuou-se a diversificação da estrutura industrial. Foi na década de 1930, entretanto, que a crise do setor exportador e a Grande Depressão romperam a ligação entre a cafeicultura e o crescimento industrial - embora o investimento industrial continuasse a depender da capacidade de importação criada pelo setor exportador -, iniciando-se assim um processo de industrialização via substituição de importações. Esta interpretação de Suzigan é sem dúvida de grande relevância, mas não enfatiza as diferenças e especificidades regionais do processo de expansão industrial.

As formulações acerca da complementariedade entre a economia exportadora e os impulsos à industrialização foram igualmente desenvolvidas nos trabalhos de um grupo de economistas da Unicamp, entre os quais destacam-se Sérgio Silva (1976), Wilson Cano (1977) e João Manoel Cardoso de Melo (1982).<sup>2</sup> A despeito

de seus enfoques específicos, estes estudos têm em comum a valorização das relações café-indústria como fator fundamental para a compreensão do processo de industrialização no Brasil. E, justamente por isso, atribuem um papel relevante à atividade industrial existente na Primeira República.

De acordo com estes trabalhos, o capital industrial originou-se na década de 1880, na esteira de um rápido processo de acumulação ocorrido no setor exportador de café. Contudo, a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial era contraditória, em função da subordinação do ao capital internacional. Assim, o desenvolvimento do capitalismo baseado no comércio do café, ao mesmo tempo que estimulou o desenvolvimento industrial, impôs-lhe limites que permitem caracterizá-lo como tardio e específico.

## 1.2 O modelo do complexo cafeeiro

Do conjunto de estudos produzidos na Unicamp, destacamos aqui aqueles realizados por Wilson Cano (1977, 1978 e 1985), que, ao analisar o caso de São Paulo, oferece também propostas de interpretação sobre a industrialização no Rio de Janeiro. De fato, seu modelo do complexo cafeeiro, destinado a explicar as origens e o dinamismo da indústria paulista, pressupõe a possibilidade de generalização para as demais áreas cafeeiras do país.

Já em seu trabalho de 1977, utilizando os mesmos procedimentos de análise construídos a partir da realidade paulista, Cano procura demonstrar como e por que a economia carioca teria sofrido um processo de "retrocesso industrial". Esta proposta de generalização do modelo do complexo cafeeiro e de sua aplicação para o entendimento das realidades econômicas do Rio de Janeiro,

Minas Gerais e Espírito Santo encontra-se porém melhor explicitada em seu artigo "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)", de 1985.

Neste texto, tomando como referencial de análise a economia paulista, Cano propõe-se explicar as razões fundamentais pelas quais as principais regiões cafeeiras do período assinalado tiveram dinâmicas distintas de crescimento e de transformação econômica. O elemento fundamental de diferenciação entre São Paulo e as demais regiões consistiria no fato de que apenas naquele estado constituiu-se plenamente o complexo cafeeiro, já que, nos demais, as relações sociais de produção vigentes e as peculiaridades da comercialização e do financiamento do café não o permitiram. Assim, o elemento capaz de explicar seja a expansão industrial, seja a perda de dinamismo desta atividade, seria a relação café-indústria.

De acordo com esta perspectiva complementarista, no caso de São Paulo o elemento propulsor da industrialização teria sido portanto o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Instituído desde cedo o trabalho livre, São Paulo teria eliminado um freio à expansão do café, e ao mesmo tempo criado um amplo mercado para produtos alimentícios e industriais. Por outro lado, a expansão da lavoura teria também ampliado as bases de acumulação, abrindo oportunidades de inversão de capital tanto no desenvolvimento de uma agricultura mercantil como na indústria. Finalmente, teriam surgido condições para a criação de um mercado de trabalho livre que reduzia a pressão dos custos da produção industrial.

Enquanto São Paulo se expandia, a utilização mais intensa e prolongada do trabalho escravo na cidade e no estado do Rio teria esvaziado a possibilidade de criação de um setor agrícola

dinâmico que pudesse trocar impulsos com o setor industrial. Difi-  
cultando o aparecimento de um mercado de trabalho livre e amplo,  
o escravismo prolongado teria impedido o desenvolvimento da produ-  
ção de gêneros alimentícios baratos - capazes por sua vez de bara-  
tear o custo da força de trabalho -, bem como a criação de um mer-  
cado consumidor para produtos industrializados. Por inferência,  
conclui-se que, na medida em que a antiga economia cafeeira do  
vale do Paraíba e da região de Minas declinava, toda a economia  
fluminense e carioca entrava num processo de "inexorável atrofia".

Esta proposta de análise foi aplicada especificamente  
ao Rio de Janeiro por Álvaro Pignaton (1977). Este autor, assu-  
mindo a industrialização paulista como paradigma da carioca, pro-  
cura confrontar cada um dos componentes do modelo de Cano - ori-  
gens do capital, mercado de trabalho, mercado consumidor - com a  
realidade do estado do Rio e do Distrito Federal. Ainda que  
Pignaton reconheça em parte a especificidade da cidade do Rio de  
Janeiro enquanto grande centro comercial, financeiro e político-  
administrativo dotado de certo grau de autonomia, no conjunto de  
sua argumentação, e principalmente nas suas conclusões acerca da  
perda do dinamismo da indústria do Distrito Federal, esta perspec-  
tiva termina por diluir-se. As vantagens específicas da cidade  
são encaradas como fatores que apenas permitiram um adiamento do  
processo de esvaziamento econômico, já "determinado pela atrofia  
da economia regional, devido à intensidade e duração do escravis-  
mo que provocou a decadência definitiva da agricultura" (1977:  
147).

Segundo este ponto de vista, com a crise da cafeicultu-  
ra escravista, o desempenho da agricultura fluminense tornou-se  
mediócre, e a alternativa econômica foi a pecuária extensiva e de  
baixa produtividade, ao lado da monocultura da cana-de-açúcar na

região norte do estado. A existência de um setor agrícola em "estagnação" constituiu assim um freio à acumulação de capital.

### 1.3 Rio de Janeiro: café, indústria e comércio

Um dos pontos fundamentais a ser destacado na produção acadêmica sobre a história do Rio de Janeiro, que se expandiu consideravelmente no final dos anos 70, é a tentativa de recuperar a especificidade da realidade carioca e fluminense, e questionar a validade das interpretações generalizantes produzidas a partir do paradigma da industrialização paulista. Muitos destes trabalhos, ainda que não oponham explicitamente suas propostas às interpretações de Cano e Pignaton, formulam conclusões que possibilitam um questionamento do emprego do modelo do complexo cafeeiro às realidades econômicas do estado do Rio e do Distrito Federal.

A obra de Eulália Lobo (1977) deve ser lembrada como um esforço pioneiro nesta direção. Ao colocar à disposição dos pesquisadores grande número de informações, não só possibilitou o surgimento de inúmeros novos trabalhos, como chamou a atenção para as peculiaridades relativas à cidade do Rio de Janeiro, enquanto principal centro político-administrativo, comercial, financeiro e industrial do país. Mais recentemente, num estudo sobre a burguesia comercial do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX (1985), a autora chama a atenção para o fato de que a atividade comercial carioca precedeu a expansão cafeeira no país. Tal circunstância indica que o crescimento e o dinamismo do setor comercial não esteve atrelado apenas à expansão do café fluminense.

Merece ser citado também, neste conjunto de pesquisas, o trabalho mais recente de Maria Antonieta Leopoldi (1986), que, ao descrever a expansão industrial carioca e chamar a atenção pa-



ra a importância desta atividade, fornece evidências que põem em questão a relação entre o declínio da cafeicultura escravista fluminense e o "retrocesso industrial" do Distrito Federal. A autora argumenta que, a despeito da aguda crise da cafeicultura fluminense nas décadas de 80 e 90 do século passado, o Rio se firmou como o principal centro industrial e financeiro do país justamente nesse período. Para isso contribuíram não apenas as características da cidade (centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo), como também as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravidão. Sob esta ótica, a crise do café fluminense, somada à abolição, em lugar de contribuir para a desaceleração industrial, colaborou para a reformulação da política econômica do governo federal, que, por sua vez, favoreceu a expansão industrial do Rio de Janeiro.

Ainda nesta linha de argumentação pode ser mencionado o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira (1985). Sem excluir as interligações entre a acumulação de capital nos setores comerciais do Distrito Federal e a cafeicultura fluminense em suas primeiras décadas, a autora demonstra que o desenvolvimento industrial carioca e fluminense não teve uma relação reflexa e imediata com a agricultura do estado do Rio. Isto ocorreu porque o processo de industrialização carioca usufruía de considerável autonomia, podendo manter um padrão de crescimento graças a um nível de acumulação de capital já existente no seio da comunidade mercantil local. A análise da performance dos comissários de café - elementos detentores dos principais lucros da cafeicultura - atesta que desde o começo da década de 1880 as taxas de lucros da cafeicultura declinavam, provocando uma diminuição continuada do montante de seus capitais, de suas retiradas e de seus reinvestimentos. Este retrato da comercialização do café indica assim

que, naquela conjuntura, a transferência de capitais da agricultura para os segmentos comerciais era insignificante.

A investigação sobre as bases da expansão industrial do estado e da cidade do Rio de Janeiro beneficiou-se em grande parte das propostas de análise de Versiani e Versiani (1978), voltadas para a performance da indústria têxtil no país. Ainda que não especificamente preocupados com o Rio de Janeiro, estes autores abriram novas perspectivas de análise, rompendo com uma visão dicotômica ao defender a hipótese de que a industrialização surgiu como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades e de expansão do setor exportador. Além disso, eles atribuíram relevância às questões cambiais e tarifárias como fatores de incentivo à expansão da indústria têxtil. As conclusões de Versiani (1980) indicam também que o setor cafeeiro não constituiu importante fonte de recursos diretos para a indústria, e que os capitais para a nova atividade provieram principalmente do comércio de importação e do reinvestimento de lucros do próprio setor fabril.

O trabalho de Ana Maria Monteiro (1985), procurando testar algumas propostas gerais de Versiani e Versiani, responde de maneira definitiva às questões relativas às bases da expansão industrial carioca. Através da análise da implantação das indústrias têxteis de algodão no Rio de Janeiro entre 1878 e 1895, a autora procura ressaltar a especificidade deste processo, decorrente em parte da condição da cidade, de capital do Império e em seguida da República. Sua pesquisa, realizada num universo composto por 12 fábricas instaladas no período, revela que o capital investido nesses empreendimentos não estava diretamente relacionado com a atividade exportadora. Na verdade, esses investimentos tinham como principais agentes os negociantes de tecidos, e liga-

vam-se ainda ao capital bancário.

O ponto de vista de Monteiro é reiterado em numerosos estudos de casos sobre a indústria têxtil carioca, tais como o de Bastos e Weid (1986), sobre a América Fabril, e o de Faria (1985), sobre a Companhia Brasil Industrial, mais conhecida como Bangu. A mesma linha de análise é encontrada em estudos acerca da expansão industrial em diversos municípios fluminenses.

Os trabalhos de Heloísa Serzedelo Correia (1985), sobre Friburgo, e de Ismênia Martins (1983), sobre Petrópolis demonstram que a implantação de indústrias nessas localidades não se deu às custas de capitais acumulados localmente, mas ao contrário, articulou-se às atividades comerciais da cidade do Rio de Janeiro. Embora ainda sejam insuficientes os estudos sobre outros núcleos industriais fluminenses no início do século, como Niterói, Campos, Magé e Mendes, algumas informações preliminares são fornecidas de maneira esparsa por diversos trabalhos que convergem para uma mesma conclusão: a indústria fluminense se constituiu como um desdobramento da carioca.

Este conjunto de novos trabalhos fornece também subsídios importantes para se discutir a aplicação do modelo do complexo cafeeiro ao Rio de Janeiro no que diz respeito ao problema do mercado de trabalho livre, ou seja, às questões da escassez e do encarecimento da mão-de-obra para a expansão industrial. Segundo este modelo, os altos salários vigentes no Rio de Janeiro seriam fruto da escassez numérica de mão-de-obra, associada aos altos custos dos gêneros alimentícios provocados pela "decadência" da agricultura fluminense, incapaz de abastecer o estado do Rio e o Distrito Federal. Contudo, as análises mais recentes acerca da agricultura fluminense e das políticas econômicas implementadas

pelos governos do estado do Rio na Primeira República não corroboram este ponto de vista.

O trabalho de Sônia Mendonça (1977), ao analisar os efeitos da primeira política de valorização do café para o estado do Rio, demonstra que não foi garantida ao setor cafeeiro uma lucratividade capaz de solucionar as dificuldades econômicas existentes. Em contrapartida, a autora assinala uma nova tendência da economia fluminense delineada paralela e proporcionalmente à crise da cafeicultura, e incentivada pelas elites dirigentes estaduais: a diversificação da agricultura.

Embora ressalte que esta tendência emergente teve sua implementação limitada e não representou uma solução definitiva para a crise da economia fluminense, Mendonça considera que a expansão do cultivo de gêneros de primeira necessidade abriu caminho para transformações expressivas. De acordo com os dados estatísticos apresentados, de 1903 a 1914 o crescimento da produção agrícola fluminense permitiu não só o auto-abastecimento, como a exportação de alimentos para o Distrito Federal. Tais conclusões refutam as teses tradicionais de que após a crise do café a economia fluminense se teria voltado exclusivamente para a pecuária extensiva.

O desenvolvimento de toda uma linha de estudos voltada para a história agrária fluminense, com ênfase especial na análise dos regimes da propriedade e da produção de alimentos em diversos municípios, tem igualmente trazido contribuições significativas. O trabalho de Hebe de Castro (1987), que tem como objetivo analisar num município fluminense as relações entre a produção agrícola, voltada para o mercado interno, e a escravidão, questiona as interpretações correntes, de que o escravismo entra-

vou a constituição deste mercado interno.<sup>3</sup> A autora demonstra, inclusive, que a existência de uma faixa de produção de subsistência a cargo dos escravos chegou a gerar excedentes para a comercialização.

Em sua análise, Castro chama a atenção para a importância que o trabalho escravo teve na produção comercial de gêneros de primeira necessidade até às vésperas da abolição, chegando a afirmar que as dimensões do mercado interno da província do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX foram suficientemente amplas a ponto de possibilitar a estruturação de uma organização produtiva escravista e comercial (1986: 90-91). Tanto durante como após a vigência do trabalho escravo, a produção agrícola de subsistência teria assim desempenhado um papel fundamental na regularização do abastecimento urbano. Por outro lado, no que diz respeito à agricultura a cargo de homens livres, a autora ressalta que a produção voltada para a subsistência não estava desarticulada do mercado interno, e que seus excedentes eram canalizados para os mercados regionais.

Um outro ponto a ser ressaltado nesta linha de análise refere-se à própria recuperação da cafeicultura fluminense. Salomão Turnovisky (1978), ao analisar o desempenho desta atividade econômica, ressalta o surgimento no norte do estado de novas áreas de cultivo baseadas no trabalho livre já no século XX.

Estas numerosas contribuições, se por um lado, evidentemente não defendem a existência de um dinamismo da agricultura fluminense, apontam para a insuficiência das interpretações que a qualificam como estagnada. Além disso, chamam a atenção para a importância de estudos específicos que analisem mais detidamente a ligação entre as economias carioca e fluminense na virada do sé

culo. Destacam também que, se a implementação das políticas de diversificação agrícola não atingiu os resultados necessários, isto não se deveu essencialmente ao passado escravista, mas às opções políticas adotadas pelas elites dirigentes do estado do Rio de Janeiro.

Se os altos custos da mão-de-obra no Distrito Federal (e este dado é reconhecido) não se explicam pelas dificuldades da agricultura fluminense em produzir alimentos, alguns trabalhos mais voltados para o estudo da classe trabalhadora fornecem subsídios para novas formulações. Gomes (1987) e Batalha (1986), ao apontar denúncias dos jornais operários sobre os altos preços dos alimentos na cidade do Rio, demonstram que, naqueles diagnósticos, os preços elevados eram atribuídos basicamente aos mecanismos de distribuição e comercialização dos gêneros, muito mais do que à sua escassez.

Para Cano e Pignaton, o encarecimento da mão-de-obra no mercado de trabalho explicava-se não só pela escassez de alimentos, mas também pela própria escassez numérica de trabalhadores. Mais uma vez os novos estudos, tanto sobre a industrialização quanto sobre a classe trabalhadora, oferecem contribuições interessantes. Bastos e Weid (1986), ao discutir os problemas de mão-de-obra enfrentados pela América Fabril, destacam as dificuldades de disciplinar um contingente de trabalhadores de maneira a adequá-lo às exigências da produção fabril. O trabalho de José Murilo de Carvalho (1987) também enriquece esta discussão, ao chamar atenção para as inúmeras formas alternativas de ocupação que permitiam a não inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. A apresentação desses argumentos permite novas formulações acerca do encarecimento da força de trabalho carioca, não mais relacionando-o com a crise da agricultura fluminense.

Na lógica do modelo do complexo cafeeiro, um outro obstáculo importante à expansão industrial eram as limitações do mercado consumidor da denominada região do Rio de Janeiro. Em virtude do "retrocesso da economia fluminense" e da falta de integração entre as várias regiões do país, ocasionada pela descentralização vigente na Primeira República, a produção industrial carioca e fluminense teria tido dificuldades crescentes para comercializar suas mercadorias. As informações apresentadas por Eulália Lobo (1978) relativas a esta questão são importantes. Para esta autora, os empreendimentos comerciais e financeiros cariocas tinham um âmbito de atuação amplo, participando de operações em outras regiões do país, o que lhes garantia a manutenção de um processo de acumulação independente dos mercados locais, bem como o controle de uma rede de produtos que permitia o escoamento da produção industrial.

Este mesmo ponto de vista é reforçado por Stein (1979), que fornece informações acerca da distribuição da produção têxtil carioca e fluminense em diversos estados do país, chegando inclusive a atingir a região platina. Igualmente, Bastos e Weid revelam a extensa rede de distribuição dos produtos da América Fabril. Ainda que não preocupada especificamente com a questão industrial, Margareth Martins (1985), ao estudar a Estrada de Ferro Central do Brasil, ressalta o papel desta ferrovia como instrumento de integração do mercado interno e de distribuição de produtos manufaturados.

#### 1.4 Uma proposta alternativa

Uma vez que os estudos apresentados fornecem subsídios para se questionar as interpretações que identificam na crise da

cafeicultura do vale do Paraíba a origem da perda de dinamismo da indústria carioca, cabe perguntar quais seriam os fatores responsáveis pela perda da posição hegemônica da produção industrial do Distrito Federal.

Bárbara Levy (1987) aponta alguns caminhos para tal investigação. Preocupada com a elevação dos componentes dos custos da produção industrial, a autora focaliza a questão das tarifas de energia elétrica como um fator explicativo relevante. De acordo com sua análise, a indústria carioca no começo do século XX aumentou constantemente sua dependência do fornecimento de energia feito pela Light. Se, por um lado, este fato evidenciava um movimento de modernização, por outro, a cobrança em ouro, a partir de 1914, de metade do valor das tarifas para novos consumidores ou para a ampliação de antigas instalações, propiciou um aumento considerável dos gastos com energia. Desta forma, criaram-se sérios entraves para a manutenção do crescimento industrial carioca.

O trabalho de Marco Antônio Guarita (1986) enquadra-se também nesta linha de análise, na medida em que a perda de dinamismo da indústria no Distrito Federal é interpretada a partir do aumento dos custos da produção local provocado por fatores como tarifas de energia, transportes e salários.

Uma outra vertente a ser explorada de forma mais efetiva como elemento explicativo importante é a relação entre comércio e indústria. A estreita vinculação e dependência da indústria carioca e fluminense em relação às atividades comerciais de importação precisa ser mais aprofundada. Nesta linha, Flávio Versiani (1980) já chamou a atenção para o fato de que os investimentos dos importadores na produção industrial interna se apresentaram como uma possibilidade de evitar perdas através da di-



versificação. Esta era, entretanto, uma atividade colateral de cobertura de riscos, e que, conseqüentemente, trazia dificuldades para a expansão do setor, uma vez que o investidor poderia ter uma excessiva diversificação das atividades.

A vinculação da expansão industrial a uma fração do capital comercial, se por um lado desempenhou um papel de grande importância, não só na fundação e na manutenção dos estabelecimentos, como também na abertura de mercados para a sua produção, por outro, trouxe limitações. Estes empresários, em muitos casos, administravam os seus estabelecimentos industriais utilizando-se dos mesmos métodos empregados na administração dos seus negócios comerciais. Entretanto, as prioridades de inversão se concentravam nos segundos, e não nos primeiros. Como os capitais investidos nos seus estabelecimentos industriais originavam-se principalmente de seus negócios comerciais, os empresários esforçavam-se ao máximo para que grandes somas não fossem arriscadas na indústria, a qual, embora começasse a se tornar viável, não oferecia ainda perspectivas de lucros rápidos e gigantescos.

Um observador das indústrias têxteis da década de 1910 dizia: "Do ponto de vista administrativo, muitas fábricas brasileiras não são capazes de suportar qualquer período desfavorável prolongado (...) A organização típica é a sociedade anônima formada pela união de várias fábricas, à testa das quais se encontra uma pessoa que é muito mais um financista do que um industrial têxtil (...) Além de possuir ou controlar muitas fábricas, tais empresas geralmente se dedicam a várias iniciativas mais ou menos relacionadas (...) Enquanto essa diversificação tem certas vantagens que facilmente se percebem, é duvidoso que ela conduza às práticas industriais mais econômicas ou mais sólidas".<sup>4</sup>

Segundo Warren Dean (1979), com o avanço do desenvolvimento industrial, os importadores paulistas, muito mais do que os cariocas, tenderam a perder sua identidade de importadores e a se transformar em industriais de fato, o que explicaria o maior dinamismo da indústria têxtil de São Paulo em relação à do Rio. No entanto, não existem ainda estudos específicos que analisem a relação entre as atividades industriais e as grandes firmas comerciais de importação ou atacadistas cariocas, nem mesmo estudos sobre as características e a atuação desses setores. Uma investigação cuidadosa sobre seu desempenho certamente representaria uma contribuição importante.

Uma outra linha de análise sobre o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro é a que focaliza questões de caráter político-administrativo. O ponto central do argumento proposto por J. P. de Almeida Magalhães (s/d) é o fato de a cidade do Rio ter sido durante muito tempo a capital do país. Tal contingência teria sido responsável pela formação de cidadãos dotados de um forte sentimento nacional e pouco preocupados com os problemas regionais. Este traço metropolitano teria dificultado o aparecimento de um lobby capaz de defender, através de negociações políticas, os interesses fluminenses, e a própria divisão político-administrativa entre a cidade e o estado do Rio teria impedido a formulação de políticas integradoras destinadas a solucionar os desafios econômicos da região. A esta mesma linha de interpretação filia-se o trabalho de Melo e Considera (1986).

A despeito de todas estas valiosas contribuições, o estudo do processo de industrialização carioca e fluminense ainda está longe de encerrar formulações mais definitivas, permanecendo em aberto a novas pesquisas um amplo leque de questões.

## 2. A classe trabalhadora no Rio de Janeiro

### 2.1. Os enfoques "clássicos"

Os estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil também começaram a aparecer em fins dos anos 50 e inícios dos anos 60. A marca por excelência destes estudos, e sua grande contribuição foi associar as questões relativas ao processo de formação da classe trabalhadora com o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no país, com destaque para as formas tomadas por nossa industrialização. É neste sentido mais geral que os trabalhos de Juarez Brandão Lopes (1964), Leôncio Martins Rodrigues (1967) e, numa perspectiva mais particular, Azis Simão (1966), procuram compreender os determinantes estruturais do comportamento do operariado brasileiro.

Estes determinantes, grosso modo, foram identificados na origem rural da mão-de-obra industrial; na importância da imigração para a formação do contingente inicial de trabalhadores; na magnitude do exército industrial de reserva; no tipo de inserção que os operários tinham em seu ambiente de trabalho, enfim, todos elementos explicativos de um perfil sociológico da classe trabalhadora. Por esta razão, este conjunto de estudos foi caracterizado por Luiz Werneck Vianna (1978)<sup>5</sup> como tendo-se inclinado por um "enfoque sociológico" para responder aos problemas que o contexto político da época colocava quanto ao comportamento do operariado. Tais problemas estavam centrados primordialmente, de um lado, no populismo que caracterizava a política brasileira e, de outro, na heteronomia que marcava a participação política dos trabalhadores, o que por sua vez não podia ser dissociado do modelo corporativista de nossa organização sindical.

Para se entender a importância do apelo populista, era necessário recuperar a experiência dos trabalhadores ao longo da Primeira República e todo um processo através do qual um sindicalismo combativo e independente, apesar de frágil, se transformou em um sindicalismo com poder crescente, mas solidamente atrelado ao Estado. Por isso, o momento privilegiado por este primeiro grupo de autores foram os anos do pré-30 e, o que é bem compreensível, seus estudos concentraram-se no exame do material empírico referente à cidade e ao estado de São Paulo.

Um segundo conjunto de estudos sobre a formação da classe trabalhadora pode ser datado dos finais dos anos 60, vinculando-se ao esforço do pensamento social brasileiro em responder aos problemas colocados pela eclosão e pelos desdobramentos políticos do movimento militar de março de 1964. Retomando as interpretações anteriores, estes estudos inovam ao postular que o comportamento do operariado brasileiro, como de resto de qualquer operariado, não pode ser explicado somente a partir de variáveis estruturais de natureza sociológica, desconsiderando-se a análise das conjunturas políticas específicas nas quais este comportamento teve lugar. Não se tratava - é bom ressaltar - de desqualificar a contribuição anterior. O enfoque desta nova produção, contudo, iria enfatizar a dimensão política nas interpretações sobre o processo de formação da classe trabalhadora.

A preocupação em compreender as razões que condicionaram o pacto populista dos anos 40 e sua derrocada em 64, bem como a dinâmica que deu origem ao nosso modelo de sindicalismo corporativista, que é mantido no pós-64, fez com que estes estudos sobre a classe trabalhadora passassem a privilegiar as relações desta classe com os partidos políticos, os vínculos entre partidos e

movimento sindical, e a questão do peso eleitoral do operariado urbano. Desta forma, estes estudos deslocaram a investigação dos anos da Primeira República para os períodos compreendidos entre 1930-45 (quando tem origem a legislação trabalhista e sindical brasileira) e entre 1945-64 (quando o sindicalismo corporativista convive com os partidos da liberal-democracia). Embora tenha ocorrido este deslocamento quanto ao momento privilegiado para a análise, é bom observar que foi basicamente a temática do sindicalismo heróico ou burocrático, em seus vínculos com as questões da acumulação capitalista e do populismo, que orientou ambas as linhas interpretativas.

Os trabalhos de Francisco Weffort (1968, 1972, 1973 e 1978-9), sua polêmica com Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia T. de Almeida, e a tese de doutorado desta autora (1978) são exemplos significativos da importante contribuição que o "enfoque político" trouxe para os estudos da classe trabalhadora. Ainda vinculado a esta linha de preocupação está o livro de Luiz Werneck Vianna (1976), com a particularidade de, sem abandonar a ótica política, situar a legislação trabalhista e sindical em face da questão da acumulação capitalista no pós-30.

Vale ressaltar um último ponto relativamente ao tipo de produção acadêmica deste período. Em São Paulo, os temas da industrialização, do empresariado, do movimento operário e sindical, e também do processo de trabalho nas fábricas estiveram sempre presentes, ganhando maior destaque nos anos 70. Já os trabalhos que tratam do Rio de Janeiro elegeram o tema dos movimentos e conflitos urbanos policlassistas. Ou seja, estes textos procuraram enfatizar uma certa forma de atuação da população urbana, que se traduzia pelo afastamento do modelo clássico da luta por participação política, alimentando a construção de uma separação

entre manifestações mais espontâneas e violentas e movimentos da classe trabalhadora, menos numerosos e significativos. Desta forma, a luta dos trabalhadores foi situada como um fenômeno à parte, desvinculado dos episódios centrais que agitaram a vida política da cidade.

Já a partir de finais dos anos 70, pode-se observar a emergência de dois outros conjuntos de estudos. Em primeiro lugar surge uma série de textos, artigos sobretudo, que têm como ponto de partida os impactos derivados do processo de aceleração industrial - ou seja, do "milagre econômico" - sobre as formas de atuação do movimento sindical. Entra em cena como objeto de estudo o chamado "novo sindicalismo", que atua dentro das fábricas mobilizando e organizando os trabalhadores, e questionando ao mesmo tempo antigas lideranças e práticas do sindicalismo corporativista.

O enfoque aqui continua a ser político, mas centra-se nas questões da relação entre democracia e corporativismo, prioriza a fábrica como espaço de luta e elege como momento privilegiado de análise o final da década de 1970 e a experiência do operariado do ABC paulista. Os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues (1979, 1980), Maria Hermínia T. de Almeida (1981, 1982 e 1983), Luiz Werneck Vianna (1981 e 1983) e Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (1981) são exemplos muito significativos deste tipo de análise.

Em segundo lugar, começa surgir com mais força um outro conjunto de estudos sobre a classe trabalhadora que retorna às questões do movimento operário e sindical, de sua relação com o processo de industrialização e com o tema do populismo, mas assumindo nitidamente uma perspectiva histórica. Werneck Vianna, em

sua resenha de 1978 para o BIB, já apontava a emergência desta nova tendência de estudos sobre a classe trabalhadora, ressaltando que o que fora até então matéria de reflexão de sociólogos e cientistas políticos especializados em sindicalismo começava a se transformar em terreno de análises históricas, quer realizadas por historiadores, quer não.

## 2.2 O processo de formação da classe trabalhadora

Sem dúvida o trabalho que pode ser destacado como pioneiro e grande estimulador das análises sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro é o livro de Boris Fausto, Trabalho urbano e conflito industrial, publicado em 1976. Apoiado em sólido levantamento de fontes históricas primárias - jornais operários em especial - Boris Fausto retorna às questões do movimento operário e sindical já clássicas na literatura especializada, revisitando o período da Primeira República e trabalhando com o operariado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Através da perspectiva comparada, Fausto relativiza conclusões e corrige generalizações, contribuindo, principalmente no que se refere ao operariado carioca, com o levantamento de novas questões e temas para a análise.

A grande contribuição de Boris Fausto foi ter apontado a maior complexidade das correntes existentes no sindicalismo carioca, onde militavam socialistas, anarquistas e "amarelos", e destacado a importância e heterogeneidade desta última corrente. Segundo Fausto, não se pode associá-la simplesmente à idéia de um reformismo submisso e não-reivindicatório, uma vez que há exemplos de sindicatos amarelos combativos, como os do porto do Rio em certos momentos da Primeira República. Procurando também es-

tabelecer linhas de continuidade entre o sindicalismo amarelo e o sindicalismo burocrático do pós-30, o autor cunhou a expressão "trabalhismo carioca".

Como Boris Fausto foi o primeiro autor a dar às correntes amarelas um destaque merecido, seu trabalho passou a alimentar linhas interpretativas que só mais recentemente foram revistas. Entre os temas em debate figuram basicamente a idéia do sindicato amarelo como predecessor do sindicato "pelego", e ainda a idéia de que os amarelos se tivessem concentrado no setor terciário da economia carioca (portos e ferrovias), composto predominantemente por um contingente de operários brasileiros. De toda forma, com o trabalho de Fausto, os anos da Primeira República e a temática do sindicalismo no Rio de Janeiro passaram a merecer atenção especial dos estudos que assumem uma perspectiva histórica no trato da questão da formação da classe trabalhadora.

Alguns trabalhos ilustram esta tendência e contribuem com um maior rigor e diversificação no uso de fontes históricas, oferecendo assim dados para análises subseqüentes. São exemplos os livros dos pesquisadores americanos J. Foster Dulles (1977) e Sheldon Maram (1979), centrados na questão do movimento operário com destaque para o Rio, e o trabalho de Eulália Lobo (1978), que lida com os temas das condições de vida e trabalho do operariado carioca e do processo de industrialização desta cidade.

Vale observar que o crescimento desses estudos históricos sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil apresenta algumas características reveladoras, conforme Werneck Vianna (1978) também já assinalou. Alguns temas até então pouco tratados ganharam grande relevância, como é o caso dos partidos políticos orientados para a classe trabalhadora. No entanto, se



os trabalhos sobre o Partido Comunista são numerosos e diversificados (interpretações, coletâneas de documentos, textos mais memorialísticos), quase não se produzem estudos sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, que permanece assim um campo aberto a futuras análises.<sup>6</sup>

Por outro lado, esses estudos históricos apresentam uma franca tendência à regionalização. Até a década passada, a maior parte da produção acadêmica era desenvolvida em São Paulo, tendo esta cidade e estado como seu foco de análise, muito embora, ao final, suas conclusões acabassem por ser generalizadas para todo o país. Certamente como reação a esta prática, que se mostrava cada vez menos esclarecedora, cresceu o interesse pelo exame de realidades locais, o que veio permitir um enfoque comparativo. Trabalhos sobre a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político em outras cidades do país, como Juiz de Fora, Recife e Porto Alegre, constituem novidades nesta área de estudos (Dutra, 1981; Machado, 1983, e Soares, 1982).

Neste contexto, torna-se muito significativo a contribuição trazida pelos estudos que têm a classe trabalhadora da cidade e do estado do Rio de Janeiro como seu objeto de análise. O que vai caracterizar sobremaneira esta produção é a busca de novas abordagens e, principalmente, a eleição de novas questões, que surgem como decorrência de um trabalho interdisciplinar na área da história e das ciências sociais. A nosso ver, talvez seja esta a principal contribuição destes estudos, que crescem nos anos 80, e que procuraremos caracterizar.

Este conjunto diversificado pode ser dividido, grosso modo, em três grandes linhas de investigação. Em primeiro lugar, os estudos que têm como fio condutor a temática das condições de

vida e trabalho da classe trabalhadora carioca, quer privilegiando uma questão específica, quer relacionando várias destas questões entre si e, em especial, com a dinâmica do movimento sindical da cidade. Em segundo lugar, os estudos voltados para o próprio movimento operário e sindical, com destaque para o tema da diferenciação de correntes que domina este movimento no Rio. E, em terceiro lugar, os estudos que, centrados em uma reflexão sobre o espaço urbano carioca, discutem as formas de mobilização e participação políticas que marcaram o Rio, quer em termos de partidos políticos e associações de classe, quer em termos de movimentos sociais organizados ou não.

### 2.3 Condições de vida e trabalho

O número de estudos sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora carioca tem crescido muito, avançando na caracterização do perfil tanto da cidade, nos fins do século XIX e inícios do século XX, quanto da própria classe trabalhadora: sua composição étnica, sua distribuição por ocupações, seu modo de morar, de divertir-se etc.

Nesta área é importante começar registrando o papel pioneiro dos trabalhos de Eulália Lobo (1978, 1981), cuja principal contribuição foi ter reunido um volume significativo de informações sobre uma questão até então pouco observada, procurando relacioná-la com a dinâmica do movimento operário carioca na Primeira República e, em especial, com o problema da deflagração de greves. No caso particular e bem mais recente do artigo produzido em co-autoria com Eduardo Stotz (1985), as condições de vida dos trabalhadores cariocas são examinadas com o objetivo de serem utilizadas como variáveis explicativas de seu comportamento

grevista. Embora desenvolvendo conclusões ainda preliminares, o texto aponta para um certo tipo de relação entre as mobilizações grevistas e os ciclos da economia carioca. Se até a Primeira Guerra Mundial a maior incidência de greves ocorreu em momentos de depressão do ciclo - em especial de declínio da produção industrial -, entre 1915 e 1929 isto se deu em períodos de ascensão da produção industrial. Portanto, - e é isto o que queremos destacar -, não é possível apontar tout court uma situação de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, ou o inverso, como fator explicativo para o comportamento grevista. Ou seja, mesmo que indiretamente, o artigo suscita a necessidade de recurso a outros elementos explicativos, como por exemplo as condições da vida política da cidade e da própria classe trabalhadora.

Pode-se verificar também que um razoável número de estudos, onde se destacam as teses de mestrado, retorna à questão das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora a partir da discussão da reforma urbana que o Rio sofreu à época da prefeitura de Pereira Passos. A reorganização do espaço urbano da cidade permite que as transformações das condições de habitação, transporte e saúde sejam examinadas, e que seus desdobramentos sobre a forma de vida das camadas populares em geral, e da classe trabalhadora em especial, sejam privilegiados. A tese de mestrado de Jaime Benchimol (1982), examinando a política de Pereira Passos, teve aí um papel impulsionador, e o programa de pós-graduação da COPPE/UFRJ atuou como um estímulo ao caráter interdisciplinar que marca boa parte da produção realizada dentro desta linha de pesquisa.

No que diz respeito mais especificamente ao exame do problema habitacional, vários trabalhos foram elaborados. Todos

eles convergem em sua descrição do processo de expulsão da população pobre do centro da cidade, decorrente da destruição dos cortiços e casas de cômodo, bem como da perseguição a todo um estilo de vida - tanto de trabalho como de lazer - onde imperavam as pequenas oficinas, as rodas de samba e de capoeira. Uma política agressiva e bem-sucedida liquidou com a "pequena África" e com tudo o que ela significava. A consequência de tal atuação foi a transferência desta população pobre e também trabalhadora para os subúrbios da cidade e para os morros. Vale registrar neste conjunto de textos os de Carvalho (1980), Rocha (1983), Elia (1984), Porto (1985), Pechman e Fritsch (1985), Padilha (1985) e Abreu (1986), os quatro primeiros apresentados como dissertações de mestrado em história à Universidade Federal Fluminense, e os três últimos ligados às pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ainda vinculado à pesquisa da Casa de Rui Barbosa, pode-se citar o artigo de Fritsch (1986), que tem como particularidade o fato de ressaltar que a questão da reforma urbana do Rio antecedeu a Proclamação da República, já se colocando no período imperial. Este dado vem relativizar as interpretações que vêm de forma muito instrumental a política de urbanização da cidade como efeito de uma mudança de mentalidade em função de uma nova ordem econômica capitalista.

É importante observar que vários desses trabalhos utilizam como fontes - e não apenas como ilustração - um belo material iconográfico, enriquecendo assim a reflexão sobre o tema. Por fim, cabe ressaltar o livro de Sevcenko (1983), que, ao se dedicar ao exame das relações entre tensões sociais e criação cultural na Primeira República, através da obra de Lima Barreto e Euclides da Cunha, traça um vivo painel das condições de vida na cidade.

No que diz respeito ao exame da questão da higienização do Rio de Janeiro, fator primordial para a garantia de capitais e mão-de-obra nos inícios do século, alguns artigos foram publicados na Revista do Rio de Janeiro, que durante o ano de 1986 serviu como veículo de divulgação para trabalhos de tese e de pesquisa. Discutindo a política sanitária empreendida em finais do século XIX e início do século XX, os artigos de Solis e Ribeiro (1985), Cavalcanti (1985) e Bodstein (1986) têm como mérito o fato de procurar relacionar especificamente o problema da saúde na cidade com as características da classe trabalhadora carioca. Neste conjunto destaca-se o trabalho de Bodstein, para quem a preocupação governamental com uma política sanitária de combate às epidemias não se deveu à repercussão das doenças sobre a força de trabalho urbano como um todo, nem ao fato de elas atacarem indiferentemente ricos e pobres. A autora demonstra que a ação sanitária dirigiu-se especificamente contra a febre amarela, e não outras doenças epidêmicas de gravidade equivalente, como a tuberculose. Isto pode ser explicado fundamentalmente pela altíssima letalidade da febre amarela sobre os imigrantes. Ou seja, para a autora, a política de saneamento do Rio deve ser lida principalmente como uma política que visava tornar viável o afluxo de trabalhadores brancos europeus, capazes de contribuir para o mercado de trabalho e de depurar o sangue mestiço do país, o que permitiria apresentar o Brasil ao exterior como nação civilizada e operosa. Analisando o quadro político do período, Bodstein demonstra ainda que o governo Rodrigues Alves e a administração Pereira Passos se haviam tornado muito impopulares. A deterioração das condições de vida de amplas camadas urbanas associava-se assim a uma experiência de protestos populares, onde tinha papel importante a resistência vinda do movimento operário desde

1903.

A Revolta da Vacina, um movimento violento de oposição ao governo que reunia diferentes interesses e segmentos sociais, constitui um tema de destaque, não sendo mais situada nem como uma simples tentativa de golpe militar, nem como uma manifestação de ignorância popular. Tendo um espaço mais restrito no texto de Bodstein, este episódio é o centro do estudo de Sevcenko (1984), e talvez um dos momentos mais ricos do livro de Carvalho (1987, cap. IV). Em todos estes trabalhos, a principal contribuição está na interpretação de que, neste episódio, o que mais ameaçou as elites políticas da época foi a forte participação popular. Carvalho, especialmente, demonstra a significativa presença de um protesto da classe trabalhadora indissociável dos fatos da revolta popular. Este ponto é significativo e será retomado posteriormente, pois assinala a impossibilidade, no contexto da cidade do Rio nas décadas da Primeira República, de se isolar perfeitamente o que é popular do que é operário.

Ainda neste conjunto de estudos, dois textos podem ser destacados. O primeiro deles é o artigo de Silva (1986), que trabalha com uma coluna do Jornal do Brasil - folha de tipo popular na época - intitulada "Queixas do povo". Publicadas gratuitamente e podendo ser relatadas nas agências do jornal, as "queixas" tornaram-se muito procuradas no Rio. O levantamento da coluna durante o mês de abril dos anos de 1900, 1905 e 1910 permite ao autor acompanhar os problemas da cidade, tal como eram identificados e expressos pelas camadas populares urbanas. Reunindo este material segundo a categoria profissional dos queixosos, sua distribuição geográfica pela cidade e ainda segundo a autoria das queixas (individuais ou de grupo), Silva discrimina, entre outros assuntos de menor incidência e importância, a violência policial

e a de grupos marginais; a péssima qualidade dos serviços da cidade; os baixos salários e as más relações de trabalho entre patrões e empregados (mesmo quando o primeiro era o Estado). O texto avança em relação a outros, ao lidar com a temática da classe trabalhadora da cidade através do perfil das profissões e, sobretudo, ao postular que a discussão das condições de vida e trabalho do "povo" eram uma moldura possível para o exercício da cidadania na época. Neste sentido, o autor defende que a própria utilização do espaço oferecido pelo jornal pode e deve ser entendida como uma busca de participação, mesmo que distinta da participação política formal.

Neste mesmo filão situa-se o livro de Chalhoub (1986), que discute as condições de vida e trabalho da população carioca utilizando como fonte 140 processos criminais de homicídio ou de tentativa de homicídio referentes à segunda década do século XX. Em texto de fácil leitura, o autor cativa com uma feliz montagem do argumento. Em "Sobrevivendo", as condições de trabalho traçadas mostram a difícil luta pela vida e a forte competição travada entre os trabalhadores, que emergem como grupo heterogêneo em cor, sexo e nacionalidade. As condições de vida na "casa" e na "rua" aparecem em "Amando" e "Matando o bicho e resistindo aos meganhas", onde as relações de amor e o ódio entre homens e mulheres trabalhadores e não-trabalhadores ganham novos conteúdos. O livro tem como marca o fato de privilegiar as representações dos próprios atores sobre seu mundo social, contribuindo para apontar claramente os amplos espaços que a cidade do Rio - por suas características específicas - abria às estratégias informais de sobrevivência de sua população urbana. Esta possibilidade, que fortalecia formas de resistência à ação disciplinadora do mercado de trabalho e tornava mais difícil distinguir claramente entre

trabalhadores e não trabalhadores, reforça o ponto já mencionado sobre a impossibilidade, no Rio de Janeiro, se dissociar movimentos sociais urbanos e movimentos de resistência operária.

Para encerrar, cabe mencionar o artigo de Ribeiro (1986), que lida com a temática da imigração portuguesa, a mais importante para o Rio de Janeiro. A contribuição mais interessante do texto é apontar para o desenvolvimento de um antilusitanismo entre os próprios trabalhadores, como mais uma forma de denúncia e resistência àqueles que se enquadravam no mercado de trabalho formal. De fato, pode-se pensar que a oposição entre "cabras" - em geral homens mestiços e nacionais - e "pés-de-chumbo" - os imigrantes portugueses de cor branca - traduzia não só uma dimensão da questão racial no Rio, como igualmente uma dimensão do próprio antilusitanismo. Geralmente, a representação do português mais registrada pela literatura é a do explorador da terra, elemento que domina o comércio a grosso e a retalho da cidade e que tem grande poder na imprensa. É a este antilusitanismo das elites políticas e intelectuais da Primeira República que se pode contrapor o antilusitanismo dos "cabras", homens que, mesmo trabalhando, resistem à disciplina do trabalho, ou seja, não são "bons trabalhadores".

Utilizando-se, como Chalhoub, de material colhido em processos criminais que tratam deste tipo de rixa, Ribeiro mostra como, ao lado e ao mesmo tempo em que é construída a imagem do "português rico", explorador do país, é construída a imagem do "português pobre", protótipo do trabalhador branco, ordeiro e vinculado ao código do sacrifício e da abnegação ao trabalho. A discussão aberta pela autora, acrescentando novos elementos, nos ajuda a compreender por que, numa cidade onde objetivamente existia uma grande quantidade de "mão-de-obra sobrando", era tão



grande a preocupação governamental em trazer imigrantes e era tão difícil ao patronato criar, manter e repor seus "bons trabalhadores". O que desejamos apontar é que, justamente porque uma ética do trabalho - entendida como fator importante para a criação de um contingente de trabalhadores assalariados - ainda estava sendo construída, e portanto não vigorava completamente nas fábricas e negócios do Rio, a existência de um vasto contingente de mão-de-obra de reserva não dá conta da problemática do mundo do trabalho e do mundo do não-trabalho desta cidade.

#### 2.4 O movimento operário e sindical em questão

Um outro conjunto de estudos reúne textos que discutem as condições de formação e regulamentação de um mercado de trabalho, bem como as características do movimento operário e sindical no Rio de Janeiro. Além do trabalho pioneiro de Boris Fausto, já comentado, também exerceu um papel estimulador nesta área o livro de Maram (1979), tanto pela época de publicação, quanto por sua contribuição original, ao relativizar dois pontos correntes na literatura sobre o tema.

O primeiro deles refere-se às relações entre imigrantes e movimento operário, uma vez que Maram, como Fausto, trabalha com as cidades do Rio e de São Paulo. Se, de um lado, o autor continua sustentando a importância da atuação dos imigrantes para a corrente anarquista, de outro, demonstra que a proporção entre lideranças nacionais e estrangeiras no movimento sindical carioca era bastante equivalente ao que acrescenta o dado de que portugueses e brasileiros constituíam a maioria esmagadora da população da capital federal. O segundo ponto refere-se à maior complexidade das opções políticas existentes no movimento operá-

rio carioca, onde socialistas e "sindicalistas" (cap. V) convi-  
viam e disputavam espaços com o anarquismo. Ainda no que diz res-  
peito à diversidade reinante no movimento operário do Rio, Maram  
chama a atenção para as dificuldades políticas advindas dos con-  
flitos étnicos que dividiam as associações de classe dos traba-  
lhadores cariocas. Sobre estas associações, vale registrar o  
artigo mais específico de Conniff (1975), além de sua tese de  
doutoramento (1976).

A partir destas colocações, as questões do papel dos  
imigrantes como liderança do movimento sindical carioca e sua  
vinculação com o anarquismo, de um lado, e, de outro, da diversi-  
dade de opções políticas existentes neste movimento, não cessaram  
de ser objeto de reflexão dos pesquisadores do assunto. Muitos  
trabalhos foram elaborados, alguns dos quais trazendo contribui-  
ções significativas. Entre eles estão as teses de mestrado de  
Cruz (1981) e de Campos (1983). A primeira, elegendo como foco  
de análise a greve carioca de 1917, constrói um vivo painel do  
que constituía a classe trabalhadora e o movimento sindical ca-  
rioca naquele momento. A autora reúne evidências que comprovam a  
presença maciça de lideranças de trabalhadores (e não só de inte-  
lectuais) nacionais no movimento operário e sindical carioca, mu-  
to menos marcado do que o paulista pelo papel de líderes imi-  
grantes. Além disso, demonstra a impossibilidade da interpreta-  
ção que associa imigrantes a anarquismo e nacionais a correntes  
amarelas do sindicalismo. Segundo seus dados, encontramos no  
Rio toda sorte de combinações, ou seja, imigrantes "reformistas"  
e, logicamente, brasileiros anarquistas. Em seu trabalho, a im-  
portância das correntes do sindicalismo amarelo no Rio fica mais  
uma vez patenteada, assim como fica esclarecida sua maior penetra-  
ção junto aos trabalhadores do setor de serviços da cidade, quer

públicos, quer privados. Neste sentido, Cruz desqualifica completamente as interpretações segundo as quais eram os trabalhadores nacionais empregados pelo Estado os que mais aderiam a um modelo de sindicalismo reformista. Nem a nacionalidade, nem o patrão Estado explicariam de fato a força das correntes amarelas no Rio de Janeiro.<sup>7</sup>

Estas conclusões são significativas, uma vez que outros textos continuavam a se apoiar nesta interpretação, como é o caso da tese de Silva (1977). Contudo, fica cada vez mais claro que ela não se sustenta e deve ser abandonada, como ilustra o texto de Albuquerque (1983), que trabalha especificamente com o sindicalismo portuário carioca. Boris Fausto já ressaltara a importância e a especificidade deste sindicalismo, chamando a atenção para seus vínculos com as autoridades públicas e, em especial, policiais, além de destacar a violência de suas práticas, que sugeriam uma espécie de "gangsterismo sindical". A tese de mestrado de Albuquerque vai neste rastro, concebendo esta experiência sindical em termos de um "pragmatismo político", muito distinto de uma concepção que qualifica o sindicalismo amarelo como opção nitidamente submissa e atrelada a interesses estranhos à classe trabalhadora. Seu estudo também começa a relacionar as condições de trabalho vigentes no porto do Rio com as orientações reivindicatórias deste sindicalismo.

É exatamente este o objetivo específico do artigo de Cruz (1986), produzido como parte de sua tese de doutorado ainda em elaboração. Neste texto a autora ressalta que, embora se reconheça a importância do processo de trabalho para a compreensão do comportamento operário, este processo tem sido muito pouco utilizado nos estudos sobre as organizações sindicais e formas de luta dos trabalhadores. Sua proposta é superar esta separação

entre o mundo do local de trabalho e o mundo sindical, estudando o processo de trabalho no porto do Rio para utilizá-lo como variável explicativa do comportamento sindical dos portuários na Primeira República. A seu ver, é a prática do close shop que funciona como ponto orientador da reflexão, ao articular as formas de recrutamento da mão-de-obra do porto com uma das principais bandeiras da luta sindical.

Outra importante contribuição para a discussão do tema do sindicalismo amarelo no Rio de Janeiro da Primeira República são as teses de Zaidan (1981) e Batalha (1986). Ambos os trabalhos utilizam um rico levantamento de fontes, o que os torna leitura necessária sobre o tema, ao lado do texto de Cruz (1981), já citado. O confronto é particularmente interessante uma vez que os autores constróem interpretações distintas sobre as características da opção sindical amarela. Zaidan, concentrado na análise do sindicalismo-cooperativista da primeira metade da década de 20, explica a ascensão desta corrente sindical como decorrência de um projeto político de cooptação dirigido à classe trabalhadora pelo governo Bernardes. Desta forma, o sindicalismo amarelo emerge basicamente como um fruto da intervenção estatal sobre o movimento operário, dirigido por lideranças e interesses estranhos à classe. Já Batalha sustenta justamente o argumento inverso. O sindicalismo amarelo, definido como aquele que busca atenuar nos limites da legalidade - e que não seria uma corrente restrita ao Rio -, tinha profundas ligações com a classe trabalhadora, não podendo ser analisado como uma opção imposta pelo Estado ou pelo patronato de "fora" para "dentro" da classe. Nesse sentido, o autor defende a existência de um projeto de sindicalismo reformista autônomo que traduziria uma certa forma de "consciência de classe", mesmo que "limitada" a uma consciência

trade-unionista. Por esta razão o sindicalismo amarelo da Primeira República não poderia ser visto como um antecessor do perleguismo do pós-30. Esta linha de continuidade deveria ser desmistificada, e o papel da intervenção estatal no pré e no pós-30 diferenciado. Finalmente, a possibilidade de ascensão dos amarelos, muito heterogêneos entre si, poderia ser explicada pela existência no Rio de Janeiro de maiores espaços de negociação entre autoridades públicas e trabalhadores.

Esta proposta de análise, mais proveitosa a nosso ver, permite refletir melhor sobre a diversidade de correntes existentes no seio do movimento operário e sindical carioca. É ela que norteia a reflexão sobre a multiplicidade de projetos de construção da classe trabalhadora em competição ao longo da Primeira República desenvolvida na tese de doutorado de Gomes (1987).

Na mesma linha que discute a questão do sindicalismo amarelo, mas distinguindo-se por tratar da experiência do sindicato dos metalúrgicos no pré e no pós-30, está a dissertação de mestrado de Stotz (1986). Seu objetivo é examinar a dinâmica política que presidiu a transformação deste sindicato, que na Primeira República esteve sob a influência sucessiva dos anarquistas e dos comunistas e no pós-30 passou a atuar na área do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sua tese, que converge para a linha interpretativa de Batalha, é a de que a adesão de várias associações de classe ao modelo sindical proposto no pós-30 não pode ser reduzida unicamente à força coercitiva do Estado. O autor ressalta a presença de elementos vinculados ao movimento sindical carioca que acreditavam poder extrair benefícios das relações harmoniosas entre sindicato e Estado, o que não pode ser entendido como uma automática submissão, ou como um necessário abandono do que era entendido como os interesses dos trabalha-

dores.

Maria Hermínia T. de Almeida (1978) já demonstrara, trabalhando com sindicatos paulistas no pós-30, que mesmo as correntes de esquerda do movimento operário, sobretudo a partir de 1933, concordaram em entrar para o sindicalismo oficial como uma nova forma de resistência, mesmo porque os sindicatos livres não conseguiam um mínimo de estabilidade organizacional. Assim, estar dentro dos sindicatos oficiais neste período inicial da década não significa nem aceitação total, nem submissão ao projeto governamental. O que Stotz acrescenta ao argumento é que mesmo aqueles setores do movimento sindical que aceitaram o projeto oficial não podem ser entendidos como desligados de um tipo de luta em nome dos interesses dos trabalhadores. Ou seja, o texto aponta para a existência de várias definições do que eram estes interesses, do que era esta classe, e, obviamente, de qual era a melhor forma de atenuar a seu favor. Porém, o texto é principalmente um estímulo para se pensar que o corporativismo foi avaliado como uma alternativa política importante, quer como estratégia possível de luta, quer como arranjo que possibilitava alcançar benefícios para a classe.

O ponto polêmico da proposta de Stotz, a nosso ver, é que ela desemboca numa distinção entre dois projetos. Um projeto de "corporativismo societário" - designação que neste contexto mereceria maior reflexão -, que seria sustentado por lideranças que viam na colaboração com o Estado o melhor caminho para a defesa dos interesses dos trabalhadores, e um projeto de "sindicalismo pelego", este sim sustentado por lideranças atreladas aos interesses estatais. A questão, neste caso, não é tanto a de reconhecer que no esforço para a implementação do projeto sindical do pós-30 tomam parte lideranças do movimento operário de

tradição reformista e novas lideranças criadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ligadas à sua orientação. O problema está em considerar uma espécie de distinção entre os "falsos" e os "verdadeiros" colaboracionistas, através da possível separação entre os que acreditavam defender os interesses dos trabalhadores via sindicalismo oficial e os que traíam estes interesses, pois, "de fato", agiam segundo orientação estatal. Mais profícuo, talvez, fosse evitar tal associação, lidando com o complexo contexto do pós-30 para realçar os variados engajamentos e sentidos da experiência sindical, rompendo assim com a idéia de um Estado que atua à revelia completa dos trabalhadores. O campo para tal tarefa, como Stotz ilustra, está em aberto, e ainda há muito o que fazer.

Vale citar aqui, por também trabalharem com metalúrgicos de Niterói, da Fábrica Nacional de Motores e de Volta Redonda - as teses de doutorado de Pessanha (1986), Ramalho (1987) e Morel (1987). Destacando a situação de crise em que vivem atualmente estes sindicatos, os autores traçam as relações entre as transformações que afetaram as condições de trabalho dos metalúrgicos e as transformações que incidiram sobre sua prática sindical. Tendo como foco de análise períodos mais recentes da vida destes sindicatos, estas teses retomam sua experiência histórica, confrontando vivências e avaliações de lideranças mais antigas e mais novas, e refletindo sobre as linhas de continuidade e descontinuidade entre o presente e o passado da vivência política sindical.

Por fim, cabe destacar dentro deste conjunto de estudos os textos de Ângela de Castro Gomes (1979) e Maria Alice de Carvalho (1983), que lidam com a problemática da regulamentação do mercado de trabalho tendo como fio condutor o papel desempenhado

pelo patronato da cidade do Rio de Janeiro. O livro de Gomes centra-se no processo histórico de elaboração da legislação social, demonstrando como o patronato atuou como um grupo de pressão, de início bloqueando a implementação das leis e, em seguida, adaptando e minimizando os custos econômicos e políticos de sua efetivação. Neste caso, o estudo percorre o período que vai de 1917 a 1943 - data da Consolidação das Leis do Trabalho -, postulando a importância da Primeira República para a compreensão do modelo de legislação do trabalho que se estabelece no pós-30. A tese de mestrado de Carvalho contribui particularmente ao traçar as linhas de contato e resistência entre a cidade e a fábrica no contexto carioca, ressaltando, por outro ângulo, as características urbanas do Rio de Janeiro. No desenvolvimento de suas reflexões, a autora também contribui ao contrapor a experiência associativa e política do patronato carioca à do paulista.

No que se refere ao problema da formação do mercado de trabalho no Rio, é interessante ressaltar a contribuição do livro de Bastos e Weid (1986). Realizando um estudo sobre a companhia de tecidos América Fabril, um dos mais importantes grupos industriais cariocas na Primeira República, as autoras destacam a preocupação da empresa com a questão do controle do trabalho fabril. Uma das estratégias essenciais para a garantia do desempenho e da produtividade da empresa, este controle se desdobra em toda uma "política social" que envolve a criação de uma Caixa Beneficente (em 1911), a construção de vilas operárias, de escolas e, especialmente, a formação da Associação dos Operários da América Fabril (em 1919). Esta associação foi, na verdade, praticamente o grande e único sucesso de uma iniciativa patronal preocupada em formar trabalhadores disciplinados e operosos.



Exatamente ao acompanhar as relações entre patronato e trabalhadores na fábrica, as autoras apontam para as dificuldades experimentadas por esta política de controle empresarial. Fica muito clara, por exemplo, a grande rotatividade da mão-de-obra, que saía da fábrica principalmente por abandono de serviço ou por demissão por faltas. Em ambos os casos, o que se pode deduzir é, mais uma vez, a forte resistência da mão-de-obra às práticas disciplinares necessárias ao trabalho fabril. Neste sentido, o trabalho de Bastos e Weid é mais um estudo que contribui para o esforço de pensar a cidade do Rio como um espaço onde uma ética de mercado convivia de forma tensa com outras alternativas de sobrevivência para as camadas populares.

## 2.5 Cidade e política

O último grupo de estudos que delimitamos elege como temática as características da cidade do Rio de Janeiro, para então pensá-la em conexão com as questões clássicas da mobilização e organização políticas, quer através das experiências dos chamados movimentos sociais urbanos, quer através dos esforços para a montagem de partidos e associações de classe.

Contribuições muito diversas podem ser alinhadas aqui, cobrindo assuntos variados como o movimento jacobino da virada do século (Costa, 1984 e Queiroz, 1986); a revolta da vacina (Sevcenko, 1986); a revolta anarquista de 1918 (Ador, 1987), e a experiência de formação de partidos políticos operários em 1890 (Pádua, 1985). Se, de início, a maior parte dos estudos que relacionam a cidade e a política, tendo como foco o Rio de Janeiro, privilegiava os conflitos urbanos policlassistas, procurando inclusive distingui-los dos movimentos de resistência operária, os

estudos mais recentes abandonam esta possibilidade e procuram enfatizar as diversas modalidades de participação política que a cidade conheceu. O que une este conjunto é exatamente a tentativa de demarcar os experimentos que a cidade do Rio pôde abrigar, articulando segmentos sociais diferenciados numa mesma vivência política.

A contribuição mais importante desta produção, não tão numerosa, mas muito significativa, é sua reflexão sobre os temas da cidade e da cidadania e sobre o próprio sentido do universo da política no Rio. Ou seja, privilegiando a questão da mobilização das camadas populares estes estudos retomam o problema do que é participar da "política" da cidade. Com isso, ao invés de traçar uma dicotomia entre um universo político formal e um universo pré-político ou não-político, acabam por alargar o próprio conceito de política, que, ultrapassando a idéia de procedimentos políticos oficiais, pode abarcar a idéia de interferência no espaço público através das mais diferenciadas práticas e com os mais diferenciados aliados.

Alguns trabalhos são especialmente importantes. José Murilo de Carvalho (1985 e 1987) e Maria Alice de Carvalho (1985) caminham juntos na indagação de que tipo de cidade é o Rio de Janeiro. Uma vez assentadas certas características de seu processo histórico de formação e modernização, os autores refletem sobre a natureza das formas de participação política que a cidade alimentou ou deixou de alimentar. Para ambos, estabelecido um confronto inicial com o modelo das "cidades européias" - ou seja, anglosaxônicas, em suas formas competitivas de associativismo desenvolvidas pela hegemonia do mercado capitalista -, a conclusão é de que o Rio segue um outro modelo - o das "cidades ibéricas", marcadas por normas integrativas de associação e pela forte pre-

sença do aparato estatal.

Esta configuração inicial não teria sofrido transformações substanciais quando do processo de modernização - urbanização e industrialização - por que passou a cidade entre 1870 e 1920, aproximadamente. Seria justamente este tipo de processo de mudança social urbana que explicaria a natureza e o perfil das formas de mobilização popular vividas no Rio desde a revolta do vintém de 1880, até o grande surto grevista de 1917, por exemplo. Neste raciocínio, a cidade e a política se encontrariam e se revelariam numa relação cúmplice.

Contudo, se até este ponto os dois autores praticamente trabalham com o mesmo argumento, José Murilo avança ao postular que, com a abolição e a República, elementos "modernos" foram introduzidos na dinâmica desta "cidade ibérica", criando um conflito onde não houve nem equilíbrio entre dois pólos, nem superação de um pólo pelo outro. O que ocorre, para o autor, é a constituição de um "novo híbrido" que se traduz no que ele chama de experiências de "carnavalização do poder". Desta forma, o típico da política carioca é exatamente esta permanente e insolúvel tensão entre Estado e mercado, ou entre burocracia e proletariado, ou ainda entre ordem e desordem.

A idéia de "carnavalização do poder" se materializaria, por exemplo, na presença de numerosas e efetivas formas de negociação e de composição política entre a população urbana (classe trabalhadora, em especial) e as autoridades públicas. Os experimentos viriam tanto do mundo do trabalho, com o associativismo de corte positivista dos operários do Estado ou o sindicalismo-cooperativista dos anos 20, quer do mundo "fora" do trabalho, com a participação das autoridades em festas populares religiosas, no

carnaval etc. Em seu texto, José Murilo destaca como, na cidade do Rio de Janeiro, a República acaba por boicotar os ensaios de participação cujo cerne era a conquista da cidadania política, e como as camadas populares a este bloqueio inventando outras possibilidades de participação que escapam à arena política formal. É este o sentido de sua conclusão final, ao afirmar que o povo carioca não era "bestializado", mas "bilontra", ou seja, esperto e malandro, na séria tradição política da cidade.

As estratégias populares para driblar sua exclusão política englobariam tanto procedimentos de "resistência passiva" - a abstenção eleitoral -, quanto movimentos de revolta aberta dos tipos mais variados. O que é importante ressaltar é a possibilidade de se entender esta variada gama de procedimentos como um esforço das camadas populares para intervir no espaço público da cidade. Contudo, se este esforço percorreu caminhos múltiplos e inusitados, ele também não abandonou completamente a arena formal da política e do competitivo mundo do trabalho. É justamente este outro lado da moeda que a tese de doutorado de Gomes (1987) vai discutir.

Refletindo sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora e tomando como espaço empírico de análise a cidade do Rio de Janeiro no período que vai da Proclamação à queda do Estado Novo, a autora prioriza os projetos que visavam entender o espaço de participação na arena política formal. Durante toda a Primeira República, estes projetos foram elaborados principalmente por lideranças vinculadas à classe trabalhadora e foram se afirmando através da construção de uma figura de trabalhador e de variadas formas organizacionais, partidárias e sindicais.

Desta forma, se Carvalho (1987) ressalta a importância de uma "ética da malandragem" para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos da cidade durante a Primeira República, Gomes destaca a presença paralela dos esforços de criação de uma "ética do trabalho" que, identificando e valorizando a figura do trabalhador brasileiro, completa-se com a luta pela construção de canais organizacionais capazes de assegurar sua participação política nas decisões públicas. As sucessivas tentativas de formação de partidos socialistas; as dificuldades dos anarquistas para a difusão de seu modelo de sindicalismo de resistência; a fundação do Partido Comunista e sua infiltração no sindicalismo carioca; o sindicalismo cooperativista dos anos 20, enfim, todos estes projetos participam da luta pela construção da identidade da classe trabalhadora durante os anos da Primeira República.

O estudo se prolonga e procura articular o período do pré e do pós-30 - com suas descontinuidades e continuidades -, defendendo o argumento de que o sucesso do projeto trabalhista construído no Estado Novo precisa ser entendido como o sucesso de um discurso político que reelabora, em outro contexto, elementos-chaves do discurso produzido pelas próprias lideranças da classe trabalhadora nas décadas anteriores. Neste sentido, o pacto entre Estado e classe trabalhadora possui uma dupla dimensão. De um lado, como a literatura já enfatizava, uma dimensão material de cálculo utilitário, que envolve a implementação da legislação social e todos os seus desdobramentos. De outro, uma dimensão simbólica, pela qual os trabalhadores se reconhecem no discurso trabalhista e recebem os benefícios da legislação como "dons" do Estado, estabelecendo com ele um contrato político comandado pela lógica da reciprocidade.

## 2.6 A título de balanço

Como conclusão, é interessante retomar certos temas já discutidos nesta resenha para ressaltar linhas de análise que certamente apontam novas perspectivas para o estudo da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

A primeira contribuição a ser destacada diz respeito à questão da experiência associativa dos trabalhadores cariocas. Diversos textos, de forma bem variada, registram a forte presença das associações mutualistas, que foram bem anteriores a quaisquer outros modelos concorrentes e, justamente por isso, construíram tradição entre os trabalhadores. Os dados dos estudos de Batalha (1986) e Carvalho (1987) são particularmente categóricos ao atestar que, de 1903 a pelo menos 1912, este tipo de associativismo não cessou de crescer em número e adesões na cidade. Por isso, é possível verificar que vários sindicatos tiveram origem em associações mutualistas e, de uma certa maneira, muitas destas associações passaram a incluir práticas de resistência. Os desdobramentos políticos deste fato podem ser sentidos, por exemplo, pelas dificuldades que os anarquistas enfrentaram ao propor como modelo de organização sindical os sindicatos de resistência com filiação doutrinária explícita. A própria composição do que era na época da Primeira República a classe trabalhadora carioca - artistas, operários do Estado e de fábrica, empregados do comércio etc. - ajuda a entender por que o modelo do sindicato de resistência não substituiu a tradição das associações mutualistas, como desejavam os anarquistas. Neste sentido, a experiência carioca é bem distinta da paulista, onde os dois modelos de associação datam mais ou menos da mesma época, competindo de forma mais paralela pelo monopólio organizacional

da classe (Carvalho, 1985, e Batalha, 1986).

Com estes dados, já é possível compreender a importância e a heterogeneidade das experiências de sindicalismo amarelo no Rio de Janeiro, mesmo que não se defina como amarelo tudo aquilo que não é anarquismo. O ponto mais interessante neste caso, a nosso ver, não é tanto postular que os amarelos eram ou não majoritários em face da corrente anarquista, mas ressaltar a forte presença desta opção sindical para a classe trabalhadora carioca. Vários estudos têm convergido ao assinalar que a força do sindicalismo amarelo não advinha da mera imposição do Estado ou do patronato, que manipulariam de "fora" o movimento operário, tornando seus adeptos "traidores" da classe, como aliás diagnosticavam os anarquistas. Neste outro enfoque, o sindicalismo amarelo é interpretado como fruto de correntes existentes no próprio movimento operário, correntes estas que não devem ser identificadas com submissão política e ausência de luta pelo que se definia como interesse de classe. Esta interpretação, que vem sendo reforçada, encontra nova dimensão com as reflexões sobre as características da vida política da cidade do Rio de Janeiro, que permitia razoáveis espaços de negociação e composições múltiplas entre camadas populares e autoridades públicas.

De forma geral, tal percepção ilumina os estudos ainda pouco numerosos sobre o movimento sindical do pós-30, e em particular aponta para a necessidade de se lidar com a temática do peleguismo em parâmetros menos simplistas. Ou seja, é preciso não mais considerar todas as lideranças dos sindicatos oficiais do pós-30 como desprovidas de autonomia de idéias e ações ou como estranhas à classe trabalhadora. Aqui também, não se trata exatamente de traidores e vendidos.

A questão da importância do sindicalismo amarelo ajuda igualmente a entender as especificidades da experiência dos anarquistas. Estes não teriam tido o mesmo peso que tiveram em São Paulo, tanto porque o Rio possuía outras características como cidade, quanto porque eram aí mais numerosas e competitivas as opções doutrinárias e organizacionais, o que tornava muito mais difícil qualquer ensaio hegemônico.

O estudo do anarquismo carioca mostra que, se esta proposta de organização da classe trabalhadora foi muito significativa, em particular no final dos anos 10, ela encontrou muita resistência entre os trabalhadores já vinculados a uma tradição mutualista, e bastante concorrência por parte de outras propostas organizacionais. Estas dificuldades certamente envolviam problemas bem complexos. Vale lembrar, por exemplo, a importância política do republicanismo radical no Rio de Janeiro, expressa inicialmente através do movimento jacobino da virada do século XIX, com os episódios dos batalhões patrióticos e da revolta da vacina. O reavivamento deste republicanismo entre uma certa ala de partidários do presidente Hermes da Fonseca teve desdobramentos na questão operária, com a organização do Congresso de 1912 e a formação da Confederação Brasileira do Trabalho, que teve caráter quase oficial. Por fim, já nos anos 20, uma nova onda de jacobinismo envolveu a cidade, desta feita muito mais voltada para o combate ao anarquismo ateu e estrangeiro, do que para um apelo di fusos à classe trabalhadora. Neste momento, em que o jacobinismo assumiu tons católicos e agressivos, a temática da "pátria" acabou por se impor, inclusive aos próprios anarquistas, agora personagens e inimigos importantes do discurso nacionalista.

Não é fortuito, portanto, que certos temas de debate da doutrina anarquista tenham marcado tão profundamente a experiên-



cia sindical carioca, que assumiu contornos específicos e distintos da paulista. A questão das relações entre o sindicato e o anarquismo pode constituir um bom exemplo. No Rio, sobretudo nos anos que vão de 1913 a 1917, é bem nítido que as próprias lideranças vinculadas ao sindicalismo de ação direta repensaram o papel do sindicato, bem como sua vinculação com a doutrina anarquista, acabando por se dividir. De um lado, colocaram-se aqueles que postulavam uma clara definição ideológica do sindicato pelo anarquismo, afirmando seu papel privilegiado na mobilização. De outro, ficaram aqueles para quem não era fundamental a oficialização da definição ideológica de uma associação de classe, e que, embora considerando o sindicato um instrumento fundamental de luta, defendiam a importância de outras formas de mobilização mais amplas e difusas. Reforçando seu argumento, estas lideranças chamavam a atenção para o fato de os sindicatos cariocas serem muito mais uma decorrência das grandes campanhas políticas que agitavam a cidade do que propriamente seus estimuladores (Gomes, 1987).

Tendo em mente esta perspectiva de análise, é muito interessante observar os acontecimentos que marcaram a eclosão da greve carioca de 1917. Ela teve sua origem vinculada a uma campanha contra a carestia que foi montada através da organização de uma série de comícios em diversos pontos da cidade. Só a partir daí a campanha passou a mobilizar as associações operárias, responsáveis pela deflagração da greve, a qual, por sua vez, teve como consequência a formação e a reativação de vários sindicatos (Cruz, 1981).

É preciso não esquecer porém que, mesmo com toda essa dificuldade de mobilização e com toda a concorrência que os anarquistas enfrentaram, não houve no Rio, antes de 1916, nenhuma corrente anti-sindicalista, como aconteceu em São Paulo com o grupo

que se reuniu em torno do jornal La Battaqlia (Batalha, 1986:168).

Esta série de observações sobre as características do movimento operário e sindical carioca na Primeira República reforçam, por outro ângulo, a perspectiva de análise de José Murilo de Carvalho. Ele enfatiza que a mobilização da população da cidade do Rio extrapolou os procedimentos do modelo político liberal clássico. Neste sentido, teriam fracassado quer as tentativas feitas por certos setores da elite política, como os republicanos radicais, quer as tentativas realizadas por lideranças da classe trabalhadora, tanto socialistas, como anarquistas ou mesmo amarelas.

O que queremos apontar aqui é que os diagnósticos de algumas lideranças da classe trabalhadora, ao defender a necessidade de apelos mais abrangentes e estratégias de organização mais criativas, convergem para a construção desta idéia básica do que é o universo da política da cidade. É por isso que o modelo liberal, pelo qual se reivindica basicamente cidadania pelo exercício do direito de voto, não dá conta do campo da política carioca. No Rio, uma variedade de associações - religiosas, recreativas e também de interesses de classe - reinventa relações políticas, alargando o significado da participação no espaço público. Não se trata, portanto, a nosso ver, de postular uma dicotomia entre o político e o não-político, e sim de ser sensível à profusão de formas que o exercício da política pode suscitar.

NOTAS

1. O tema da industrialização no Brasil ainda não foi objeto de uma resenha bibliográfica mais completa. Algumas análises gerais sobre a literatura existente podem ser encontradas nas introduções de Versiani e Barros (1978), Melo (1982) e especialmente Suzigan (1986). O Instituto Roberto Simonsen também publicou em 1979 A problemática da industrialização no Brasil (resenhas bibliográficas), em que são examinadas as principais obras dedicadas ao tema. Trata-se de um trabalho indiscutivelmente importante, mas que se atém apenas a resumir o conteúdo das obras, sem procurar discutir ou analisar as diferentes contribuições.

2. Os trabalhos mencionados de Cano e Melo, publicados respectivamente em 1977 e 1982, foram apresentados à Unicamp como teses de doutorado em economia no ano de 1975.

3. Ciro Cardoso, em seu trabalho Agricultura, escravidão e capitalismo (Petrópolis, Vozes, 1979), já chamara a atenção para a existência de uma produção agrícola de alimentos feita pelos escravos e destinada à comercialização. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. da Silva igualmente apresentaram uma contribuição importante ao questionar teses consagradas sobre a inexistência de um mercado interno brasileiro na vigência do escravismo. Ver História da agricultura brasileira (contrastes e controvérsias), São Paulo, Brasiliense, 1981.

4. Citado em Versiani (1978: 127).

5. Vale a pena listar as principais resenhas que tratam do tema da classe trabalhadora: Leôncio M. Rodrigues e Fábio Munhoz, "Bi-

bliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil", Estudos CEBRAP, São Paulo, 1974, n. 7; Paulo Sérgio Pinheiro, "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", Estudos CEBRAP, São Paulo, 1975, n. 14; Luiz Werneck Viana, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", BIB, Rio de Janeiro, 1978, n. 3, e "Atualizando uma bibliografia: novo sindicalismo, cidadania e fábrica", BIB, Rio de Janeiro, 1984, n. 17; Maria Célia Paoli, Eder Saes e Vera Telles, "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico", Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, 1984, 3/6; e Eliana Dutra e Yonne Grossi, "Historiografia e movimento operário: o novo em questão", Revista do Departamento de História, FAFICH/UFG, 1986, n. 3. É preciso mencionar também Ismênia Martins e Eulália Lobo (coord.), Bibliografia do operariado; condições de vida: Rio de Janeiro e Buenos Aires, Niterói, UFF, Dep. de História, 1987.

6. Sobre o PTB há trabalhos que trazem orientações gerais: Phylis Peterson, Brazilian political parties: formation, organization and leadership, tese de doutorado apresentada à Universidade de Michigan, 1962, e Glaucio Ary Dillon Soares, Sociedade e política no Brasil, São Paulo, Difel, 1973. Com indicações específicas, cabe citar: Suely Bastos, A cisão do MTR com o PTB, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979; Maria Andrea Loyola, Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais, Petrópolis, Vozes, 1980; Miguel Bodea, Trabalhismo e populismo: o caso do Rio Grande do Sul, tese de mestrado em ciência política, USP, 1984 (mimeo); Marieta de Moraes Ferreira, "Partido Trabalhista Brasileiro", Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1975), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1984, v. 2; Ângela de Castro Gomes e Maria Celine Soares D'Araújo, Getulismo e trabalhismo: tensões e dimen-

sões do PTB (1945-1954), Rio de Janeiro, CPDOC,, 1987 (mimeo).

7. O texto de Michael Hall, Imigração e classe operária em São Paulo (Belo Horizonte, XXVIII Reunião Anual da SBPC, 1975), já desmistificara o peso político dos estrangeiros, mas a tese citada acrescenta novos dados e lida com o operariado carioca.

## BIBLIOGRAFIA

Abreu, Maurício de Almeida

1986. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 2.

Ador, Carlos Augusto

1986. A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Dois Pontos.

Albuquerque, Marli Brito M.

1983. Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro (1904-1920). Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de

1978. Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de doutorado em ciência política apresentada à USP, mimeo.

1981. "Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil". Dados, Rio de Janeiro, Campus, v. 24, n. 2.

1982. "Novas tendências do movimento sindical". In: Héglio Trindade (org.) Brasil em perspectiva. Dilemas da abertura política. Porto Alegre, Sulina.

1983. "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". Bernardo Sorj et alii (org.), Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense.

Bastos, Ana Marta e Weid, Elisabeth von der

1986. O fio da meada. Estratégia de expansão de uma indústria têxtil. Rio de Janeiro, FCRB e CNI.

Batalha, Cláudio H.M.

1986. Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930). Tese de doutorado apresentada à Université de Paris I, mimeo.

Benchimol, Jaime Larry

1982. Pereira Passos: um Haussman tropical. As transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Tese de mestrado em planejamento urbano apresentada ao COPPE/UFRJ, mimeo.

Bodstein, Regina Cele de

1986. "Práticos sanitários e classes populares do Rio de Janeiro". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v.1, n. 4.

Bretas, Marcos

1984. A organização policial no Distrito Federal: 1889-1907. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, mimeo.

Cabral, Vânia Cury de Brito

1985. Protecionismo alfandegário e crescimento industrial: o setor têxtil no Brasil de 1890/1930. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Campos, Cristina Hebling

1983. O sonhar libertário (Movimento operário nos anos de 1917 a 1920). Tese de mestrado em história apresentada à Unicamp, mimeo.

Cano, Wilson

1977. Raízes da concentração industrial de São Paulo. São Paulo, Difel.
1978. Alguns aspectos da concentração industrial. In: Flávio Versiani e José Roberto Barros (orgs.), Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva.

1985. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". Estudos Econômicos, São Paulo, IPE, v. 15, n. 2.

Carvalho, José Murilo de

1985. A cidade e a política: um exame da literatura brasileira. Trabalho apresentado nas Jornadas Argentino-Brasileiras de História Social Urbana, Buenos Aires, mimeo.
1987. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras.

Carvalho, Lia de Aquino

1980. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1886-1906. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Carvalho, Maria Alice Rezende de

1983. Cidade e fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira. Tese de mestrado em história apresentada à Unicamp, mimeo.
1985. "Letras, sociedade e política: imagens do Rio de Janeiro". Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, n. 20.
1986. "Rio de Janeiro: juntando os pedaços (A propósito de uma tendência recente da produção intelectual sobre esta cidade)". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 2.

Castro, Hebe Maria

1986. "Mercado interno, trabalho livre e escravidão: a agricultura de alimentos na Província Fluminense na segunda metade do século XIX". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 4.



1987. Ao sul da história. Homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo. São Paulo, Brasiliense.

Cavalcante, Berenice de O.

1985. "Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 1.

Chalhoub, Sidney

1986. Trabalho, lar, botequim. São Paulo, Brasiliense.

Conniff, Michael

1975. "Voluntary Associations in Rio (1870-1945)" Journal of Interamerican Studies and World Affairs, v. 17, n. 1.
1976. Rio de Janeiro during the Great Depression (1928-1937). Tese de PhD apresentada à Stanford University, mimeo.

Correia, Heloísa Serzedelo

1985. Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Costa, Nilson do Rosário

1983. Estado e política de saúde pública: (1889-1930). Tese de mestrado em sociologia apresentada ao Iuperj, mimeo.

Costa, Wilma Peres

1984. Jacobinos. Trabalho apresentado ao Seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa, mimeo.

Cruz, Maria Cecília Velasco e

1981. Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha. Tese de mestrado em ciência política apresentada ao Iuperj, mimeo.
1986. "Portos, relações de produção e sindicato : o caso do Rio de Janeiro na Primeira República". Ciências Sociais Hoje, São Paulo, ANPOCS, Cortez.

Cunha, Antônio Carlos

1987. A perda da liderança industrial pelo Distrito Federal. Tese de mestrado em economia apresentada à PUC-RJ, mimeo.

Dacoso, Leila Hallack

1987. Tecendo o infortúnio (acidentes do trabalho na indústria têxtil. Rio de Janeiro, 1889-1930). Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Dean, Warren

1971. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, Difel/Edusp.

Dulles, John W. Foster

1977. Anarquistas e comunistas no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Dutra, Eliana R. F.

1981. Alternativas do comportamento operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930). Tese de mestrado apresentada à UFMG, mimeo.

Elia, Francisco Carlos da Fonseca

1984. A questão habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Erickson, Kenneth Paul

1979. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo, Brasiliense.

Faria, Fernando Antônio

1985. Três apitos. Estudo sobre a Companhia Industrial do Brasil. 1880-1930. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Fausto, Boris

1976. Trabalho urbano e conflito industrial (1890-1920). São Paulo, Difel.

Ferreira, Marieta de Moraes

1977. A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

1985. "Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 1.

1985. Questões para o estudo da industrialização fluminense. Rio de Janeiro, CPDOC, mimeo.

Fragoso, João Luis Ribeiro

1983. Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1930). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Fritsch, Lilian de Amorim

1986. "Palavras ao vento: a urbanização do Rio imperial." Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v.1, n. 3.

Furtado, Celso

1959. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Difel.

Góes, Maria da Conceição Pinto de

1984. A formação da classe trabalhadora no DF e as propostas anarquistas. Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Gomes, Ângela M. de Castro

1979. Burquesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro, Campus.

1987. A invenção do trabalhismo. Tese de doutorado em ciência política apresentada ao Iuperj. (no prelo)

Graner, Maria Paula

1985. A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920. Um estudo das distribuições de terra: continuidades e transformações. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Guarita, Marco Antônio

1986. A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século. Tese de mestrado em economia apresentada a UFRJ, mimeo.

Instituto Roberto Simonsen

1979. A problemática da industrialização no Brasil (resenhas bibliográficas). São Paulo.

Kornis, Mônica e Ferreira, Marieta de Moraes

1987. A política econômica fluminense na Primeira República. Rio de Janeiro, CPDOC, mimeo.

Lamarão, Sérgio

1984. Os trapiches do porto: uma contribuição ao estudo da produção da área portuária do Rio de Janeiro. Tese de mestrado em planejamento urbano apresentada ao COPPE/UFRJ, mimeo.

Lenharo, Alcir

1979. As tropas da moderação (o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842). São Paulo, Símbolo.

Leopoldi, Maria Antonieta P.

1984. Industrial Associations and Politics in contemporary Brazil. Tese de PhD apresentada ao St. Antony's College, mimeo.

1986. "Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1944". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 3.

Levy, Maria Bárbara

1977. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBMEC.

1985. "As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais do Rio de Janeiro no início do século". Anais do I Congresso de História e Energia, São Paulo, Eletropaulo.

Lobo, Eulália

1978. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC.
1981. "Condições de vida dos artesãos e do operariado do Rio de Janeiro de 1880 a 1920". Nova Americana, Torino, Ed. Giulio Einaudi, n. 4.
1985. "La burguesia comercial de Rio de Janeiro - siglos XIX y XX" - In: Enrique Florescano (org.), Orígenes y desarrollo de la burguesia en America Latina (1700-1955). México/Caracas/Buenos Ayres, Editorial Nueva Imagen.

Lobo, Eulália e Stotz, Eduardo N.

1985. "Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 1.

Lopes, Juarez Brandão

1964. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel.

Machado, Carmem L.B.

1983. O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Tese de mestrado apresentada à UFRGS, mimeo.

Machado, Humberto Fernandes

1983. Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do vale do Paraíba fluminense (1860-1888). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Magalhães, João Paulo de Almeida (coord.)

- s/d. Projeto pró-Rio - problemas e potencialidades do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais.

Maram, Sheldon Leslie

1979. Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Marchiori, Maria Emília Prado

1979. O mundo das usinas - problemas da agroindústria açucareira no município de Campos - 1922-1933. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

1980. "Engenhos centrais e usinas do Norte Fluminense, 1775-1909". Mensário do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 11(8), ago.

Martins, Carlos E. e Almeida, Maria Hermínia

- s/d. Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo. São Paulo, mimeo.

Martins, Ismênia Lima

1983. Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis (1850-1930). Petrópolis, Universidade Católica.

Martins, Margareth

1985. O caminho da agonia. Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Melo, Hildete Pereira e Considera, Cláudio

1986. "Industrialização fluminense 1930-1980". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1. n. 3.

Melo, João Manoel Cardoso de

1982. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense.

Mendonça, Sônia Regina

1977. A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Ja-

neiro. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Monteiro, Ana Maria Ferreira da Costa.

1985. Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro (1878-1895). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Morel, Regina Lúcia de Moraes

1987. "Cidade e fábrica na construção do operário". Capítulo de tese de doutorado em elaboração, mimeo.

Note, Mary Heisler de Mendonça

1982. Imigração e trabalho industrial no Rio de Janeiro (1889-1930). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Moura, Ana Maria da Silva

1984. Carroças e carroceiros - formação da infra-estrutura urbana do Rio de Janeiro - séc. XIX. Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Muniz, Célia Maria Loureiro

1979. Os donos da terra, um estudo sobre a estrutura fundiária do vale do Paraíba. Tese de mestrado em história, mimeo.

Needell, Jeffrey O.

1983. "Rio de Janeiro at the turn of the century. Modernization and the parisian ideal". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 25 (1).

1985. Popular response to reform: the so-called - Revolta Contra a Vacina of 1904. Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da CASA, em Albuquerque.

Neves, Maria Cecília Baeta

1973. "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 13(2).

Padilha, Sílvia Fernandes

1978. Da monocultura à diversificação econômica: um estudo de caso: Vassouras. 1880-1930. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

1985. "Da cidade velha à periferia". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 1.

Pádua, José Augusto Valadares

1985. "A capital, a República e o sonho: a experiência dos Partidos Operários de 1890". Dados, Rio de Janeiro, Campus, v. 28, n. 2.

Pechman, Sérgio e Fritsch, Lilian

1985. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito de modernização do Distrito Federal". Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, 5 (8/9).

Pescatello, Anne Marie

1983. Both ends of the journey: a historical study of migration and change in Brazil and Portugal (1884-1914). Tese de doutorado em história apresentada à Universidade da Califórnia, mimeo.

Pessanha, Elina

1986. Vida operária e política: os trabalhadores da construção naval de Niterói. Tese de doutorado em antropologia apresentada à USP, mimeo.

Pignaton, Álvaro

1977. "Origens da industrialização do Rio de Janeiro". Dados, Rio de Janeiro, Campus, n. 15.

Pinheiro, Paulo Sérgio

1975. Sindicato e política. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Pita, Almir

1986. A industrialização no Rio de Janeiro. Indústria e industriais no antigo Distrito Federal (1930-1945). Tese



de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Porto, Ângela de Araújo

1985. Artimanhas de esculápio: crença ou ciência no saber médico. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Ramalho, José Ricardo G. P.

1986. Estado-patrão e a luta operária (conflitos de classe na Fábrica Nacional de Motores). Tese de doutorado em sociologia apresentada à USP, mimeo.

Ribeiro, Gladys Sabina

1986. "Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo". Papéis Avulsos, Fundação Casa de Rui Barbosa, n. 1, mimeo.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz

1985. "Formação do capital imobiliário e a produção do espaço constituído no Rio de Janeiro - 1870-1930". Espaço e Debates, São Paulo, NERU, ano V, n. 15.

Ribeiro, Marcus Venício Toledo

1979. Condições de vida da classe trabalhadora. Centro de Memória Social Brasileira, FINEP/SBI/CMSB, mimeo.

Rodrigues, José Albertino

1966. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel.

Rodrigues, Leôncio Martins

1966. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel.

1970. Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense.

1974. Trabalhadores, sindicatos e industrialização. São Paulo, Brasiliense.

1979. "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro". In: Hen

rique Rattner (org.), Brasil 1990. São Paulo, Brasiliense.

1980. "O sindicalismo corporativo no Brasil". Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, 29-11-1980.

Rocha, Oswaldo Porto

1983. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Santos, Ana Maria dos

1984. Agricultura reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910. Tese de doutorado em história apresentada à Universidade de Austin, mimeo.

Santos, Ana Maria dos e Mendonça, Sônia Regina

1986. "Intervenção estatal e diversificação agrícola no estado do Rio de Janeiro (1888/1914)". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 2.

Sevcenko, Nicolau

1983. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense.

1984. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, Brasiliense.

Silva, Eduardo

1984. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1986. "O quarto escuro da história". Ciência Hoje, Rio de Janeiro, SBPC, v. 5, n. 27.

Silva, Lúcia Maria Osório

1977. Movimento sindical operário na Primeira República. Tese de mestrado em história apresentada à Unicamp, mimeo.

Silva, Marilene Rosa Nogueira

1986. O escravo de ganho - uma nova fase da escravidão (subsídios para o estudo da escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1820-1888). Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Silva, Sérgio

1976. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega.

Simão, Azis

1966. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus.

Siqueira, José Jorge

1984. Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano industrial no Rio de Janeiro: a Cia Luz Steárica (1854-1898). Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Soares, José Arlindo

1982. A Frente do Recife. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Soares, Luiz Carlos.

1980. A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1886. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Solis, Sidney e Ribeiro, Marcus

1985. "O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo". Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 1.

Souza, Amaury e Lamounier, Bolivar

1981. "Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80". Dados, Rio de Janeiro, Campus, v. 24, n. 2.

Stanley, Mirian

1984. A Companhia Agrícola Usina Santa Maria; estudo de um ca-

so. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Stein, Stanley

1979. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950). Rio de Janeiro, Campus.

Sussekund, Flora

1986. As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Stotz, Eduardo

1986. A união dos trabalhadores metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1930-45. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

Suzigan, Wilson

1986. Indústria brasileira - Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense.

Torres, Magda

1985. Contribuição ao estudo da política de construção naval no Brasil: o programa de metas e a meta 28. Tese de mestrado em história apresentada à UFRJ, mimeo.

Turnowski, Salomão

1978. "A cafeicultura no estado do Rio". Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro, Fiderj, jan.

Velloso, Mônica Pimenta.

1986. "A cidade voyeur: O Rio de Janeiro visto pelos paulistas..." Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, n. 4.

Veneu, Marcos Guedes

1987. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". Dados, Espaço e Tempo, v. 30, n. 1.

Versiani, Flávio

1980. "Industrialização e economia de exportação antes de 1914". Revista Brasileira de Economia, v. 34, n.1.

Versiani, Flávio, e Barros, José Roberto (orgs.)

1978. Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva.

Versiani, Flávio e Versiani, Maria Teresa

1978. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: Flávio Versiani e José Roberto Barros, (orgs.), Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva.

Vianna, Luiz Werneck

1976. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1981. "Sistema político e fábrica". Dados, Rio de Janeiro, Campus, v. 24, n. 2.
1983. "O problema da cidadania na hora da transição democrática". Dados, Rio de Janeiro, Campus, v. 26, n. 3.

Vilela, Aníbal e Suzigan, Wilson

1973. Política de governo e crescimento da economia, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Zaidan, Michel

1981. Pão e pau: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro (1923-1926). Tese de mestrado em história apresentada à Unicamp, mimeo.

Weffort, Francisco

1968. Classes populares e política. Tese de doutorado em ciência política apresentada à USP, mimeo.
1972. Sindicatos e política. Tese de livre docência apresentada à USP, mimeo.

1973. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)". Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 4.
- 1978/9. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". Revista de Cultura Contemporânea, São Paulo, CEDEC, ano 1, n. 1 e 2, e Revista de Cultura Política, São Paulo, CEDEC, ano 1, n. 1.

Werneck da Silva, José Luiz.

1979. A sociedade auxiliadora da indústria nacional 1871-1877. Tese de mestrado em história apresentada à UFF, mimeo.

## **TEXTOS CPDOC**

**Mônica Pimenta Velloso**

**A brasilidade verde-amarela:  
nacionalismo e regionalismo paulista**

**Dulce Chaves Pandolfi  
e Mário Grynszpan**

**Da Revolução de 30 ao Golpe de 37:  
a depuração das elites**

**Ângela Maria de C. Gomes  
e Maria Celina S. D'Araújo**

**Getulismo e trabalhismo: tensões e  
dimensões do Partido Trabalhista  
Brasileiro**

**Mônica Pimenta Velloso**

**Os intelectuais e a política cultural  
do Estado Novo**

**Ângela Maria de C. Gomes  
e Marieta de Moraes Ferreira**

**Industrialização e classe trabalhadora  
no Rio de Janeiro: novas perspectivas  
de análise**